

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
<b>Total</b>	<b>327.503</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Ordinária		0,88663
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	1,82455
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo	15/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe B	0,88663

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	11.649.440	10.326.500
1.01	Ativo Circulante	855.064	854.999
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	953	64
1.01.02	Aplicações Financeiras	539.912	410.822
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	539.912	410.822
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	539.912	410.822
1.01.03	Contas a Receber	182.662	240.802
1.01.03.01	Clientes	182.662	240.802
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	182.662	240.802
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.312	79.203
1.01.07	Despesas Antecipadas	17.738	15.580
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	89.487	108.528
1.01.08.03	Outros	89.487	108.528
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.344	0
1.01.08.03.04	Outros	88.143	0
1.02	Ativo Não Circulante	10.794.376	9.471.501
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.075.479	3.078.084
1.02.01.04	Contas a Receber	1.361	1.361
1.02.01.04.01	Outros	1.361	1.361
1.02.01.05	Estoques	5.060	4.302
1.02.01.07	Tributos Diferidos	571.603	579.226
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	571.603	579.226
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	7.511
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.497.455	2.485.684
1.02.01.10.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.563	0
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	545.462	536.254
1.02.01.10.05	Ativo Sujeito à Indenização	1.949.430	1.949.430
1.02.02	Investimentos	1.000	0
1.02.03	Imobilizado	6.122.386	6.356.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.122.386	6.356.617
1.02.04	Intangível	1.595.511	36.800
1.02.04.01	Intangíveis	1.595.511	36.800
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.588.087	36.800
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	7.424	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	11.649.440	10.326.500
2.01	Passivo Circulante	392.722	884.398
2.01.02	Fornecedores	3.546	7.595
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.546	7.595
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.289	19.061
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.289	19.061
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	29.289	19.061
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	85.060	214.556
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	83.476	214.556
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.780	4.721
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	46.696	209.835
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.584	0
2.01.05	Outras Obrigações	274.827	643.186
2.01.05.02	Outros	274.827	643.186
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.586	298.750
2.01.05.02.05	Encargos Setoriais	112.061	141.742
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	19.195	25.211
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	84.552	9.661
2.01.05.02.10	Energia Comprada - CCEE	38.225	167.822
2.01.05.02.11	Uso do bem público	18.297	0
2.01.05.02.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	911	0
2.02	Passivo Não Circulante	4.316.021	2.340.036
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.789.512	1.080
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.783.483	1.080
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.783.483	33
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	1.047
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	6.029	0
2.02.02	Outras Obrigações	329.251	182.794
2.02.02.02	Outros	329.251	182.794
2.02.02.02.05	Encargos Setoriais	15.899	35.852
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	72.915	72.915
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	69.738	74.027
2.02.02.02.09	Uso do bem público	167.240	0
2.02.02.02.11	Obrigações Estimadas e Folha Pagamento	3.167	0
2.02.02.02.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	292	0
2.02.04	Provisões	2.197.258	2.156.162
2.03	Patrimônio Líquido	6.940.697	7.102.066
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	554.588	554.588
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	554.588	554.588
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-188.375	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-958.478	-976.752
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-371.569	-380.301

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	414.466	1.138.461	440.617	1.226.012
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-258.322	-819.951	-451.276	-870.691
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-154.259	-510.714	-357.532	-597.107
3.02.02	Custo com Operação	-104.063	-309.237	-93.744	-273.584
3.03	Resultado Bruto	156.144	318.510	-10.659	355.321
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.028	-194.380	-38.154	146.483
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.028	-194.380	-38.154	146.483
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-43.097	-221.343	-46.004	-130.403
3.04.02.02	Outras Despesas Operacionais	14.069	26.963	7.850	276.886
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	127.116	124.130	-48.813	501.804
3.06	Resultado Financeiro	-135.923	-287.559	-108.936	-341.196
3.06.01	Receitas Financeiras	9.085	63.173	15.153	51.334
3.06.02	Despesas Financeiras	-145.008	-350.732	-124.089	-392.530
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.807	-163.429	-157.749	160.608
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	951	-6.672	55.669	74.572
3.08.02	Diferido	951	-6.672	55.669	74.572
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.856	-170.101	-102.080	235.180
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.856	-170.101	-102.080	235.180
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.856	-170.101	-102.080	235.180
4.02	Outros Resultados Abrangentes	4.366	8.732	-1.068	3.013
4.02.01	Ajuste CPC 33 (R1)/IAS 19	2.519	6.885	-1.068	3.013
4.02.02	Instrumentos financeiros derivativos	1.847	1.847	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.490	-161.369	-103.148	238.193

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	222.546	343.007
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	459.059	499.762
6.01.01.01	Lucro Antes dos Impostos Sobre a Renda	-163.429	160.608
6.01.01.02	Depreciação / Amortização	267.420	237.410
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	112.861	83.574
6.01.01.04	Provisão para Perda Estimada de Créditos	364	1.046
6.01.01.05	Provisão para litígios	-7.488	-300.906
6.01.01.06	Provisão PIS/COFINS sobre atualização de Depósitos Judiciais	122	-9.782
6.01.01.07	Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	11.266	11.266
6.01.01.08	Baixa de Ativo Imobilizado	1.062	1.016
6.01.01.09	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	10.116	7.748
6.01.01.11	Atualização do Saldo de Depósitos Judiciais	-5.666	-21.795
6.01.01.12	Provisão de Compra de Energia CCEE	0	6.331
6.01.01.13	Provisão para Compromissos Socioambientais	0	-27.585
6.01.01.14	Atualização do saldo de provisão para litígios	225.710	298.831
6.01.01.15	Acordo Extrajudicial MP/MS e PM Bataguassu	0	52.000
6.01.01.16	Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	146	0
6.01.01.17	Realização de AVP sobre Uso do bem Público	3.777	0
6.01.01.18	Instrumentos financeiros derivativos	2.798	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-165.643	-139.811
6.01.02.01	Valores a Receber	58.140	-36.217
6.01.02.02	Tributos a Recuperar	54.891	-33.668
6.01.02.03	Almoxarifado	-758	-587
6.01.02.04	Despesas Pagas Antecipadamente	-5.913	-84
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-3.542	162.220
6.01.02.06	Outros Créditos	20.021	-12.865
6.01.02.07	Fornecedores	-4.049	-7.221
6.01.02.08	Tributos e Contribuições Sociais	10.228	-10.724
6.01.02.09	Pagamentos a Entidades de Previdência Privada	-3.231	-4.735
6.01.02.10	Encargos Setoriais	-49.634	-32.286
6.01.02.11	Pagamentos de Litígios	-177.126	-121.770
6.01.02.12	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	-2.849	-2.669
6.01.02.13	Outras Obrigações	70.480	-43.209
6.01.02.14	Energia Comprada - CCEE	-129.597	6.631
6.01.02.15	Pagamentos de Obrigações Socioambientais	0	-2.627
6.01.02.16	Instrumentos financeiros derivativos	-2.704	0
6.01.03	Outros	-70.870	-16.944
6.01.03.01	Juros Pagos de Empréstimos e Financiamentos	-70.870	-16.944
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.404.248	-9.018
6.02.01	Aquisição para o Imobilizado	-4.368	-6.109
6.02.02	Adições ao Intangível	-177	-2.909
6.02.03	Pagamento da Outorga	-1.398.703	0
6.02.04	Aquisição de investimento	-1.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.311.681	-170.958

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos - Amortização	-171.005	-145.385
6.03.02	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprios pagos	-297.164	-25.573
6.03.03	Debêntures - Captação	1.777.982	0
6.03.04	Custo de captação de recursos	2.355	0
6.03.06	Arrendamento mercantil - Amortização	-487	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	129.979	163.031
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	410.886	310.536
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	540.865	473.567

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	554.588	0	-1.357.053	7.102.066
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-170.101	8.732	-161.369
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-170.101	0	-170.101
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.847	1.847
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.847	1.847
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	6.885	6.885
5.05.03.02	Ajuste CPC 33 (R1)	0	0	0	0	6.885	6.885
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-18.274	18.274	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	-18.274	18.274	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	554.588	-188.375	-1.330.047	6.940.697

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	578.348	0	-1.368.314	7.114.565
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	219.636	18.557	238.193
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	235.180	0	235.180
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-15.544	18.557	3.013
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-15.544	15.544	0
5.05.02.06	Ajuste CPC (R1) em 30 de setembro de 2018	0	0	0	0	3.013	3.013
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	578.348	219.636	-1.349.757	7.352.758

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018</b>
7.01	Receitas	1.333.049	1.423.626
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.333.413	1.424.672
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-364	-1.046
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-595.812	-703.576
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.434	-46.134
7.02.04	Outros	-557.378	-657.442
7.02.04.01	Encargos ONS / CCEE	-1.784	-722
7.02.04.02	Energia Comprada e Encargos Setoriais	-547.971	-651.613
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-7.623	-5.107
7.03	Valor Adicionado Bruto	737.237	720.050
7.04	Retenções	-267.420	-237.410
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-267.420	-237.410
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	469.817	482.640
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	65.102	329.584
7.06.02	Receitas Financeiras	63.173	51.334
7.06.03	Outros	1.929	278.250
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	-3.128	-64.443
7.06.03.02	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	-10.116	-7.748
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-6.672	74.572
7.06.03.04	Provisão para Litígios	7.488	300.906
7.06.03.05	Outras (Despesas) / Receitas Líquidas	14.357	-25.037
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	534.919	812.224
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	534.919	812.224
7.08.01	Pessoal	187.090	82.044
7.08.01.01	Remuneração Direta	187.090	82.044
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	93.175	91.194
7.08.02.01	Federais	93.074	91.097
7.08.02.03	Municipais	101	97
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	424.755	403.806
7.08.03.01	Juros	112.088	19.131
7.08.03.02	Aluguéis	1.559	3.303
7.08.03.03	Outras	311.108	381.372
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	35.956	35.475
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	25.460	22.453
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	11.393	12.244
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.783	2.244
7.08.03.03.06	Outras despesas financeiras	235.516	308.956
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-170.101	235.180
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-170.101	235.180

## Comentário do Desempenho



### RECEITA OPERACIONAL

A Receita Operacional Líquida no 3T19 totalizou R\$414 milhões, redução de R\$26 milhões (-7%) em relação ao valor do 3T18, majoritariamente decorrente de:

- **Energia de curto prazo:** Redução de R\$17 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinado com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.
- **Venda de energia – Volume:** Redução de R\$11 milhões do volume em contratos de venda com comercializadoras, alinhado com a estratégia de equacionamento do balanço energético da Companhia, que estava deficitário, e mecanismo de proteção da exposição ao risco hidrológico (GSF) e;
- **Venda de energia - Flexibilidade:** Redução de R\$5 milhões do volume de venda para indústria (mercado livre) decorrente de condições contratuais previamente acordadas (flexibilidade).

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Venda de Energia – Atualização Monetária:** Aumento de R\$6 milhões decorrente de cláusula de reajuste dos contratos com distribuidoras (mercado regulado).

### CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os Custos e Despesas operacionais totalizaram R\$287 milhões no 3T19, queda de 41% quando comparados ao mesmo período de 2018, quando reportou R\$489 milhões.

Em ambos os trimestres houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir:

- **Provisão para litígios:** No 3T19 ocorreu a provisão no montante de R\$5 milhões ocorrida no curso normal da gestão do passivo contencioso da Companhia. No 3T18 ocorreu a reversão de provisão no montante de R\$5 milhões decorrente, principalmente, de obrigações judiciais de empreendimentos das empresas de geração cindidas da CESP, cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 era da CESP.
- **PDV - Programa de demissão voluntária:** No 3T19 houve o impacto de Despesas não recorrentes de R\$6 milhões referente ao programa de Demissão Voluntário ("PDV") da CESP.
- **Outros efeitos não caixa:** Inclui depreciação, amortização, provisões de almoxarifado e de PIS e COFINS. No 3T19 o montante foi de R\$96 milhões e no 3T18 foi de R\$70 milhões.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os Custos e as Despesas Operacionais no 3T19 totalizaram R\$180 milhões, queda de 58% em relação ao 3T18, quando reportou R\$425 milhões.

## Comentário do Desempenho



Vale destacar que diversas frentes de iniciativas para ganhos de eficiência operacional e racionalização de custos e despesas foram tomadas pela Companhia. No 3T19 verificamos redução de 60% nos custos e despesas gerenciáveis, conforme segue:

- **Energia comprada:** Redução de -64% em relação ao 3T18, em linha com a nova estratégia de sazonalização e comercialização adotada pela Companhia.
- **Pessoal e Administradores:** Redução de 44%, decorrente da redução de aproximadamente 50% no número de funcionários e da mudança no perfil profissional acompanhado pela reformulação de metas, avaliação de desempenho, desenvolvimento, capacitação profissional, gestão reconhecida pelo selo *Great Place to Work - GPTW*.
- **Serviços de Terceiros, Materiais e Aluguéis:** Queda de 39% pela renegociação de contratos e revisão de processos possibilitando capturar eficiências em custos e operações.

## EBITDA

EBIT / EBITDA - R\$ mil	3T19	3T18	Var. (%)	9M19	9M18	Var. (%)
<b>Lucro líquido</b>	<b>(7.856)</b>	<b>(102.080)</b>	<b>-92%</b>	<b>(170.101)</b>	<b>235.180</b>	<b>n.m.</b>
IR e Contr. social líquidos	951	55.669	-98%	(6.672)	74.572	n.m.
Resultado financeiro	(135.923)	(108.936)	25%	(287.559)	(341.196)	-16%
<b>= EBIT</b>	<b>127.116</b>	<b>(48.813)</b>	<b>n.m.</b>	<b>124.130</b>	<b>501.804</b>	<b>-75%</b>
Depreciação / amortização	(96.289)	(79.174)	22%	(267.420)	(237.410)	13%
<b>EBITDA</b>	<b>223.405</b>	<b>30.361</b>	<b>n.m.</b>	<b>391.550</b>	<b>739.214</b>	<b>-47%</b>
Programa de demissão voluntária - PDV	(5.955)	-	n.m.	(110.746)	-	n.m.
Provisão para litígios	(5.259)	5.219	n.m.	7.488	300.906	-98%
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>234.619</b>	<b>25.142</b>	<b>n.m.</b>	<b>494.808</b>	<b>438.308</b>	<b>13%</b>
Margem EBITDA ajustado	57%	6%	51 p.p.	43%	36%	8 p.p.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$235 milhões no 3T19 com margem de 57%, aumento de R\$210 milhões em relação ao mesmo período de 2018.

O aumento no EBITDA Ajustado é explicado, principalmente, pela redução nos custos e despesas advindos majoritariamente da redução no custo com energia comprada parcialmente compensada pela redução na receita devido a nova estratégia de gestão do balanço energético da Companhia e redução dos demais custos e despesas gerenciáveis.

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T19 registrou despesa de R\$136 milhões comparado a despesa de R\$109 milhões apresentada no 3T18. O aumento pode ser explicado principalmente, por:

## Comentário do Desempenho



- **Receitas financeiras:** Redução de R\$6 milhões devido ao menor CDI no período.
- **Encargos de dívidas:** Aumento de R\$31 milhões decorrente principalmente do reconhecimento das obrigações da 11ª emissão de Debêntures no montante de R\$1,8 bilhão desembolsada em janeiro de 2019.

Compensando parcialmente pela:

- **Variação cambial:** Redução de R\$6 milhões em variação cambial decorrente dos pagamentos de principal da dívida com o BNDES indexada a variação cambial (cesta de moedas) realizados no curso normal de amortização da dívida.
- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Redução de R\$1 milhão, decorrente da redução em atualização do saldo de provisão para litígios. Cabe ressaltar que desde o 2T19 houve a reclassificação das despesas operacionais com correção monetária sobre provisão para litígios de custos e despesas para despesas financeiras. Os detalhes da reclassificação estão na nota explicativa 3.1 do ITR 3T19.

### Instrumentos Financeiros Derivativos

A CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar que representam aproximadamente 30% de sua receita total. Com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente desses contratos a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* utilizando o instrumento financeiro de *Non-Deliverable Forward* ("NDFs"). A estratégia tem o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período entre setembro de 2019 e dezembro de 2021.

Os valores justos dos instrumentos de *hedge* serão reconhecidos no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou seja liquidada. Após efetiva liquidação, os ganhos ou perdas serão reconhecidos no resultado. Mais detalhes vide nota explicativa 27.5 do ITR 3T19.

## RESULTADO LÍQUIDO

No 3T19 o prejuízo líquido foi de R\$8 milhões, contra um prejuízo líquido de R\$102 milhões no 3T18. A evolução do resultado líquido decorre, principalmente, da redução nos custos e despesas decorrente do menor volume de energia comprada e pela disciplina de custos e despesas operacionais, parcialmente compensadas pela maior despesa financeira, decorrente das obrigações provenientes da 11ª emissão de Debêntures da Companhia.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

#### 1.1 Contexto operacional

A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de São Paulo. Em dezembro de 2018 foi concluída a aquisição do controle acionário da Companhia pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") e a SF Ninety Two Participações Societárias S.A. ("SF92"), por meio do leilão de compra e venda de ações ordinárias ("ON") e preferenciais nominativas classe B ("PNB") que pertenciam ao Governo do Estado de São Paulo, por meio de autarquias e sociedades sob seu controle. A CESP tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e a comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3") e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A Companhia integra o Índice Brasil Amplo, Índice Brasil 100, Índice de Energia Elétrica, Índice de Ações com Governança Corporativa Trade, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciado, Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, e Índice de Utilidade Pública.

A Companhia, atualmente, possui três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e estão com 1.654,6 MW de capacidade instalada e 947,6 MW médios de garantia física de energia.

Após assinatura do novo contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2049, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrica ("ONS"). A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo:

Produção bruta em MWh (*)								
Usinas	2019				2018			
	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	Acumulado	1° Trim.	2° Trim.	3° Trim.	Acumulado
Porto Primavera	2.302.154	2.009.596	2.079.903	6.391.652	2.440.680	2.047.779	2.041.567	6.530.026
Paraibuna	22.718	56.530	125.780	205.028	49.212	83.788	138.264	271.264
Jaguari	2.710	7.070	31.676	41.456	5.759	18.784	19.884	44.427
<b>Total</b>	<b>2.327.582</b>	<b>2.073.195</b>	<b>2.237.359</b>	<b>6.638.136</b>	<b>2.495.651</b>	<b>2.150.351</b>	<b>2.199.715</b>	<b>6.845.717</b>

(\*) Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram revisados pelos auditores independentes

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de outubro de 2019.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1.2 Principais eventos ocorridos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

#### a) Emissão de debêntures

Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.800.000 provenientes da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10. A totalidade dos recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Emissão foi destinada para o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera, e para gestão ordinária dos negócios da Companhia. A escritura de debêntures foi celebrada em 19 de dezembro de 2018, com vencimento em 7 anos e amortização em 4 parcelas anuais e consecutivas com carência de 3 anos.

#### b) Programa de Demissão Voluntária (“PDV”)

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou Programa de Demissão Voluntária I (“PDV I”) com as seguintes características: i) destinado a todos os empregados admitidos no quadro permanente da Companhia com contrato de trabalho por tempo indeterminado; ii) incentivo financeiro de 17 remunerações; iii) assistência médico-hospitalar e odontológica por 21 meses, a contar da data do desligamento; iv) Prazo de adesão até 12 de fevereiro de 2019; e v) desligamentos até 30 de agosto de 2019. A adesão ao programa foi de 327 empregados.

Em 28 de junho de 2019, o Conselho de Administração aprovou Programa de Demissão Voluntária II (“PDV II”), com as mesmas características do PDV I proporcionais ao período: i) destinado a todos os empregados admitidos até 10 de dezembro de 2018 com contrato de trabalho por tempo indeterminado; ii) incentivo financeiro de 13 remunerações; iii) assistência médico-hospitalar e odontológica por 17 meses, a contar da data do desligamento; iv) Prazo de adesão até 10 de julho de 2019; e v) desligamentos até 31 de julho de 2019. A adesão ao programa foi de 20 empregados.

O custo total do PDV I e II até 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 110.746.

#### c) Oferta Pública de Ações (“OPA”)

Em 24 de maio de 2019, em virtude da aquisição do controle da Companhia, foi realizado na B3 o leilão da Oferta Pública de Ações - OPA, no âmbito do qual, em conformidade com os termos, condições e procedimentos previstos no instrumento da OPA, a VTRM adquiriu 1 (uma) Ação ON, ao preço de 11,28 reais, e 31 (trinta e uma) Ações Preferenciais Classe B (“PNB”), ao preço de 14,32 reais. A VTRM passou a deter, direta e indiretamente: (i) 102.091.755 Ações ON, representativas de aproximadamente 93,52% do total de Ações ON; e (ii) 28.928.300 Ações PNB, representativas de aproximadamente 13,72% do total de Ações PNB.

#### d) Contrato de concessão UHE Porto Primavera

Em 23 de abril de 2019, a ANEEL assinou o contrato de concessão de uso de bem público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL, que regula a exploração da UHE Porto Primavera por 30 anos, por meio do regime de Produção Independente de Energia Elétrica (“Contrato”). A data base do contrato, para fins de contagem de prazo de outorga, é 15 de abril de 2019. A partir desta data, a garantia física da UHE Porto Primavera passa a ser de 886,8 MW médios, conforme determina a portaria MME 66/2018. Conforme definido no contrato, a Companhia pagará pelo uso do bem público (“UBP”) de 2,5% sobre a receita bruta durante 5 anos, o ativo de UBP será amortizado pelo prazo de concessão. Os demais itens do ativo imobilizado existente serão depreciados pela vida útil econômica, inclusive terrenos, limitado ao prazo de concessão. O ajuste da vida útil dos ativos representa um aumento mensal de R\$ 1.597 nas despesas com depreciação e amortização.

Em 3 de maio de 2019, em decorrência da assinatura do contrato, a Companhia efetuou o pagamento da outorga no montante de R\$ 1.398.703 que será amortizado pelo prazo do contrato de concessão (30 anos).



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### e) Pagamento de dividendos

Em 29 de abril de 2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 297.300, pagos em 15 de maio de 2019.

### f) Homologação da TUST

A resolução homologatória nº 2.562, de 25 de junho de 2019, estabeleceu o valor das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST") de energia elétrica, componentes do Sistema Interligado Nacional com vigência no período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Em decorrência do novo contrato de concessão de Porto Primavera, a TUST desta usina foi recalculada, estabelecendo uma tarifa de R\$ 7,693/kW, aumento de 17,6% com relação a tarifa do ciclo anterior (R\$ 6,541/kW).

### g) Incentivo de Longo Prazo ("ILP")

Em 28 de junho de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a política de Incentivo de Longo Prazo para parte dos executivos alinhando a remuneração da alta gestão a critérios de desempenho, resultado e geração de valor.

### h) Liminar CCEE - Parâmetro Lâmbda

Em 29 de julho de 2019, a CCEE operacionalizou a decisão judicial decorrente de efeito suspensivo da liminar obtida pela Companhia em setembro de 2017, questionando a atualização dos parâmetros de aversão a risco nos modelos computacionais que tem impacto direto na fixação de preços e exposição ao mercado de curto prazo. O valor atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") é de R\$ 97.383. O valor total pago em 5 de agosto de 2019 foi de R\$ 68.929, resultado do valor atualizado somado ao saldo acumulado a receber da CCEE no montante de R\$ 28.454.

### i) RGR – Despacho 2.190

Em 8 de agosto de 2019, a ANEEL, através do despacho 2.190 fixou o valor da quota da Reserva Global de Reversão ("RGR") para as concessionárias do serviço público de energia elétrica para o período de julho de 2019 a junho de 2020. A RGR líquida da Companhia para o ciclo será de R\$ 3.374. Neste despacho, a ANEEL considerou os ajustes para os anos de 2018 e 2017, além da mudança de enquadramento da UHE Porto Primavera, que teve sua modalidade de contrato alterada para Produtor Independente de Energia ("PIE") e passou a recolher Uso do Bem Público ("UBP") a partir de abril de 2019.

Com a alteração de regime a RGR foi extinta para a UHE Porto Primavera, gerando estorno do saldo a recolher de referido encargo para esta usina. Para as demais usinas da Companhia a RGR continua vigente.

Esses ajustes geraram montantes a receber de R\$ 1.733 registrado em Outros créditos. A Companhia mantinha montantes provisionados de R\$ 19.953 e R\$ 1.466 referente a expectativa de ajustes para os anos de 2018 e 2017, respectivamente, que foram revertidos em agosto de 2019 (Nota 17). O efeito total de R\$ 23.152 foi reconhecido em Outras receitas operacionais, líquidas na demonstração do resultado.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2019 foram preparadas tomando-se por base as disposições do CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e da norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais – ITR, e que estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Assim, portanto, estas informações trimestrais consideram o ofício circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, o qual permite que as entidades apresentem notas explicativas selecionadas, nos casos de redundância de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais.



## Notas Explicativas

**Período findo em 30 de setembro de 2019**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de setembro de 2019, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais e, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board – IASB*), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto conforme divulgado na Nota 3.1.

#### **3.1 Mudanças de políticas contábeis aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2019**

##### **a) Reclassificação das despesas com entidade de previdência a empregados**

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as despesas com entidade de previdência a empregados reflexo da adoção do CPC 33 – Benefício a empregados (IAS 19) como custo com operação na demonstração do resultado. A partir de 1º de janeiro de 2019, a Administração entende que pelo fato de grande parte dos participantes dos planos pertencerem à área administrativa, os valores tratados anteriormente como “Custo com operação”, enquadram-se melhor em “Despesas gerais e administrativas”. Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

##### **b) Reapresentação das despesas de atualização monetária da provisão para litígios**

Até o trimestre findo em 31 de março de 2019, a Companhia apresentava as despesas de atualização monetária da provisão para litígios em conjunto com as adequações de provisão e reversão no grupo de “Outras receitas operacionais, líquidas”. A atual Administração decidiu reapresentar a atualização monetária da provisão para litígios no “Resultado financeiro” pelos seguintes fatores: (i) avaliou que grande parte da movimentação do saldo de provisão para litígios deve-se à atualização monetária do período, de modo que, com a segregação dos impactos na demonstração do resultado, as movimentações de provisão para litígios ficariam melhor demonstradas; (ii) a Companhia entende que a atualização monetária é um componente financeiro; e (iii) consistência com o registro da atualização monetária dos depósitos judiciais.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os períodos comparativos foram alterados para refletir a reclassificação.

	Trimestre findo em		
	(Original) 30/9/2018	Reclassificação	(Reapresentado) 30/9/2018
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	440.617		440.617
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Custo com energia elétrica	(357.532)		(357.532)
Custo com operação	(96.327)	2.583	(93.744)
	(453.859)	2.583	(451.276)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>(13.242)</b>	<b>2.583</b>	<b>(10.659)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	(43.421)	(2.583)	(46.004)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(89.375)	97.225	7.850
	(132.796)	94.642	(38.154)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(146.038)</b>	<b>97.225</b>	<b>(48.813)</b>
Receitas financeiras	34.028		34.028
Despesas financeiras	(45.739)	(97.225)	(142.964)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(11.711)</b>	<b>(97.225)</b>	<b>(108.936)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(157.749)</b>		<b>(157.749)</b>

	Acumulado até		
	(Original) 30/9/2018	Reclassificação	(Reapresentado) 30/9/2018
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	1.226.012		1.226.012
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Custo com energia elétrica	(597.107)		(597.107)
Custo com operação	(281.332)	7.748	(273.584)
	(878.439)	7.748	(870.691)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>347.573</b>	<b>7.748</b>	<b>355.321</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	(122.655)	(7.748)	(130.403)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(21.945)	298.831	276.886
	(144.600)	291.083	146.483
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>202.973</b>	<b>298.831</b>	<b>501.804</b>
Receitas financeiras	88.066		88.066
Despesas financeiras	(130.431)	(298.831)	(429.262)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(42.365)</b>	<b>(298.831)</b>	<b>(341.196)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>160.608</b>		<b>160.608</b>

Estas reclassificações não afetam os saldos do balanço patrimonial e dos fluxos de caixa.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3.2 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentasse risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o período findo em 30 de setembro de 2019, em relação àquelas detalhadas nas últimas demonstrações financeiras anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 4. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC E NORMAS PUBLICADAS AINDA NÃO VIGENTES

A seguir apresentamos os novos pronunciamentos e interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

Norma	Requerimento
Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	<p>A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos. A Interpretação aborda especificamente as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se uma entidade considera incertezas quanto a tratamentos fiscais de forma separada;</li> <li>• Os pressupostos adotados por uma entidade quanto ao exame dos tratamentos tributários por parte do Fisco;</li> <li>• De que forma uma entidade apura seu lucro tributável (prejuízo fiscal), bases de cálculo dos tributos, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e alíquotas de imposto; e</li> <li>• De que maneira uma entidade trata de mudanças nos fatos e circunstâncias.</li> </ul> <p>Uma entidade deve determinar se deve considerar cada incerteza quanto ao tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com uma ou mais incertezas em tratamentos fiscais. Deve ser adotada a abordagem que melhor prediz a resolução da incerteza. A interpretação passou a vigorar para os períodos de apresentação de relatório anual iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, estando disponíveis alguns facilitadores para a transição.</p>
IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil	<p>A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4. Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.</p> <p>A IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.</p>

A Administração da Companhia avaliou os impactos das normas acima emitidas e sua adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 não provocou impactos nas suas Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas. Em relação ao IFRS 16, os contratos de locação



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da sede e de Presidente Epitácio não provocaram impactos, pois o local da sede da Companhia foi alterado em junho de 2019 e para o contrato de Presidente Epitácio, além do valor ser imaterial, o pessoal lotado foi realocado para a usina Porto Primavera durante o ano de 2019.

Sobretudo, durante o 2º trimestre de 2019, a Companhia realizou análise do contrato de locação da nova sede, e concluiu que devido às suas características, o contrato é escopo da nova norma IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil. A partir de 1º de maio de 2019 o contrato foi reconhecido no Ativo, na linha de "Direito de uso sobre contratos de arrendamento" em contrapartida de um passivo financeiro nas linhas de "Arrendamento mercantil", curto e longo prazo, no valor de R\$ 7.954 (15/4/2019). O arrendamento a pagar foi mensurado ao valor presente do fluxo de pagamentos futuro, descontado pela taxa incremental de financiamento. O ativo correspondente é amortizado pelo prazo de vigência do contrato de arrendamento, neste caso 75 meses.

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil em 30 de setembro de 2019 estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/2018	Adições	Depreciação	30/9/2019
Bens de uso e direito		7.954	(530)	7.424
		<b>7.954</b>	<b>(530)</b>	<b>7.424</b>

PASSIVO	31/12/2018	Adições	Amortização	AVP	30/9/2019
Arrendamento mercantil		7.954	(487)	146	7.613
		<b>7.954</b>	<b>(487)</b>	<b>146</b>	<b>7.613</b>

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/9/2019	31/12/2018
<b>Caixa</b>		
Depósitos bancários a vista	953	64
<b>Aplicações Financeiras</b>		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	422.721	230.418
Operações compromissadas	112.563	156.977
Fundos de investimentos	4.628	23.427
	539.912	410.822
	<b>540.865</b>	<b>410.886</b>

As aplicações financeiras são remuneradas entre 95% e 100% (95% e 100% em 31/12/2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, atendendo também a todas as características para a classificação como equivalentes de caixa.

O saldo de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2019 também considera um montante de R\$ 1.014 referente à fundos específicos da Companhia que têm restrição de utilização para treinamento e desenvolvimento de empregados.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6. VALORES A RECEBER

	30/9/2019			31/12/2018	
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	(-) Provisão	Total	Total
<b>Consumidores</b>					
Industrial	76.446	4.172	(4.172)	76.446	79.002
<b>Revendedores</b>					
Agentes comercializadores	43.581			43.581	43.765
Leilões de energia	53.720			53.720	56.460
Suprimento - quotas		2.036	(2.036)		
	97.301	2.036	(2.036)	97.301	100.225
	173.747	6.208	(6.208)	173.747	179.227
<b>Energia Livre / CCE</b>					
Energia Livre (RTE)		13.712	(13.712)		
Liquidação (CCEE)	8.915			8.915	61.575
	8.915	13.712	(13.712)	8.915	61.575
	<b>182.662</b>	<b>19.920</b>	<b>(19.920)</b>	<b>182.662</b>	<b>240.802</b>

### 7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/9/2019	31/12/2018
Imposto de renda a compensar (a)	22.168	62.891
Contribuição social sobre o lucro a compensar (a)	44	14.663
COFINS a compensar	1.503	1.395
PIS a compensar	276	254
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	321	
	<b>24.312</b>	<b>79.203</b>

(a) Redução devida à compensação de créditos de IRPJ e CSLL com saldo devedor de PIS e COFINS.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 8. OUTROS CRÉDITOS

	30/9/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Créditos de alienação de bens e direitos	1.768	1.811
Créditos diversos (a)	34.254	33.834
(-) Perda estimada de créditos (a)	(34.105)	(33.741)
Ordens de projetos - P&D (b)	82.082	102.550
Outros	4.144	4.074
	<b>88.143</b>	<b>108.528</b>
<b>Não Circulante</b>		
Bens destinados a alienação	1.361	1.361
	<b>1.361</b>	<b>1.361</b>
	<b>89.504</b>	<b>109.889</b>

- (a) O saldo refere-se substancialmente à cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Estado da Fazenda, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo, ex-acionista controlador da Companhia.
- (b) Os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e, quando da conclusão do projeto, compensados com o passivo (Nota 17 (c)) registrado para este fim.

### 9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	30/9/2019	31/12/2018
<b>Depósitos judiciais</b>		
Ações cíveis	339.310	336.061
Ações trabalhistas - recursais	97.106	94.321
Ações tributárias	31.235	29.329
Ações ambientais	43.429	40.812
Ações de desapropriações - Usinas CESP	29.217	31.126
Outros depósitos judiciais	3.587	3.144
	<b>543.884</b>	<b>534.793</b>
<b>Cauções</b>		
Depósitos vinculados - CCEE	1.314	1.197
Depósitos vinculados - ANEEL	264	264
	<b>1.578</b>	<b>1.461</b>
	<b>545.462</b>	<b>536.254</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Ativo (A)		Passivo (B)		Líquido Ativo (A-B)	
	30/9/2019	31/12/2018	30/9/2019	31/12/2018	30/9/2019	31/12/2018
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>						
<b>Montantes registrados</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	143.529	143.529			143.529	143.529
Custo atribuído de imobilizado (Nota 13.1)	498.127	503.174			498.127	503.174
Hedge Accounting (Nota 27.5)	951				951	
Atualização de saldo de depósitos judiciais			71.004	67.477	(71.004)	(67.477)
	<u>642.607</u>	<u>646.703</u>	<u>71.004</u>	<u>67.477</u>	<u>571.603</u>	<u>579.226</u>
<b>Montantes não registrados</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	887.277	806.669			887.277	806.669
Provisões para litígios	561.559	600.107			561.559	600.107
Provisão Impairment - CPC 01	990.824	990.953			990.824	990.953
Provisão UHE Três Irmãos (Parcela Ativo Regulatório)	186.157	186.157			186.157	186.157
Provisão compra de energia CCEE		32.589				32.589
Entidade de previdência a empregados			138.214	138.214	(138.214)	(138.214)
Outras Provisões	50.246	61.960			50.246	61.960
	<u>2.676.063</u>	<u>2.678.435</u>	<u>138.214</u>	<u>138.214</u>	<u>2.537.849</u>	<u>2.540.221</u>
	<u><b>3.318.670</b></u>	<u><b>3.325.138</b></u>	<u><b>209.218</b></u>	<u><b>205.691</b></u>	<u><b>3.109.452</b></u>	<u><b>3.119.447</b></u>

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pela Administração. Estas projeções baseiam-se em premissas e o resultado realizado pode divergir do projetado.

Abaixo demonstramos a realização do prejuízo fiscal e base negativa:

Exercício	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a	2027 e	Total
						2026	2028	
Prejuízo fiscal e base negativa	9.129	5.406	692	27.620	17.575	44.574	38.533	143.529

O imposto de renda e a contribuição social sobre o custo atribuído têm as realizações conforme a depreciação dos bens calculada com base na vida útil estimada. Abaixo demonstramos a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o custo atribuído:

Exercício	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a	2027 e	2029 até	Total
						2026	2028	2049	
Custo atribuído de imobilizado (Nota 13.1)	6.965	12.342	14.037	17.056	17.056	51.169	51.169	328.333	498.127

### 11. ATIVO SUJEITO À INDENIZAÇÃO

	30/9/2019			31/12/2018	
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupiá	Total	Total
<b>Composição do ativo sujeito a indenização</b>					
Ativo sujeito a indenização	3.529.080	2.165.858	642.318	6.337.256	6.337.256
Ajuste para <i>impairment</i>		(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)	(1.995.310)
Ajuste ativo contingente	(1.811.718)	(379.464)	(201.334)	(2.392.516)	(2.392.516)
Total provisões	(1.811.718)	(2.036.948)	(539.160)	(4.387.826)	(4.387.826)
<b>Ativo sujeito a indenização (líquido)</b>	<u><b>1.717.362</b></u>	<u><b>128.910</b></u>	<u><b>103.158</b></u>	<u><b>1.949.430</b></u>	<u><b>1.949.430</b></u>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				30/9/2019	31/12/2018
	Três Irmãos	Ilha Solteira	Jupiá	Total	Total
<b>Composição do ajuste ativo contingente</b>					
Parcela do ativo regulatório	(547.520)	(508.374)	(304.492)	(1.360.386)	(1.360.386)
Parcela mais valia (IFRS)	(1.264.198)			(1.264.198)	(1.264.198)
Portaria MME No 458 de 01.10.2015		2.028		2.028	2.028
Modernização e melhoria Res. No 596/2013 ANEEL		126.882	103.158	230.040	230.040
<b>Provisão ativo contingente</b>	<b>(1.811.718)</b>	<b>(379.464)</b>	<b>(201.334)</b>	<b>(2.392.516)</b>	<b>(2.392.516)</b>

Por meio da Medida Provisória ("MP") nº 579/12, foi permitido que a União, na qualidade de poder concedente, prorrogasse concessões de geração de energia elétrica. Nesse contexto normativo, especificamente em relação às atividades da Companhia, a União ofereceu a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das Usinas de Ilha Solteira e Jupiá, vencíveis em 7 de julho de 2015. O mesmo tratamento foi estendido à concessão da Usina Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão já havia ocorrido em novembro de 2011.

Em razão das condições estabelecidas pelo poder concedente, a Companhia deliberou, na forma de seu estatuto social, pela não renovação das referidas concessões. Dessa forma, a Companhia continuou a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupiá, até o termo final da concessão em 7 de julho de 2015. Em relação à Usina Três Irmãos, a continuidade de sua operação ocorreu conforme normatização do Poder Concedente, abaixo detalhada.

### 11.1 Usina Três Irmãos

Após diversos atos infra legais dispendo sobre a exploração da Usina Três Irmãos, até então realizada pela Companhia, houve determinação, por parte do MME, para que a ANEEL promovesse, em 28 de março de 2014, leilão para licitação de concessão da Usina Três Irmãos. A determinação foi instrumentalizada por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energias ("Portaria MME") nº 214/13.

Em razão da determinação de nova licitação para operação da Usina Três Irmãos, por meio da Portaria Interministerial nº 129/14, proferida em conjunto pelo MME e pelo Ministério da Fazenda ("MF"), foi definido o valor de indenização a ser pago à Companhia, "referenciado a preços de junho de 2012, para a Usina Hidrelétrica Três Irmãos, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações (novembro de 1993), até 31 de março de 2013". O valor de indenização foi estabelecido em R\$ 1.717.362 (data-base junho de 2012), que seria pago em sete anos.

Entendendo que o valor proposto não refletia os bens reversíveis ainda não depreciados e/ou amortizados, em 7 de abril de 2014 a Companhia manifestou oposição à Portaria Interministerial nº 129/14, ingressando, em 9 de julho de 2014, com ação judicial para discutir a indenização devida em razão da não renovação da concessão. O pagamento do preço definido pela União restou suspenso, ainda que, no entendimento da Companhia, fosse incontroverso, uma vez que estava condicionado à declaração, por parte da Companhia, de que o montante daria plena quitação a qualquer valor devido a título de bens reversíveis.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") nº 25, a Companhia constituiu, em janeiro de 2013, ajuste para redução de valor recuperável, no montante de R\$ 1.811.718 (valor controverso), passando a refletir adequadamente o valor de indenização proposto pelo poder concedente (valor incontroverso).

Atualmente, a questão está sendo discutida judicialmente, estando o respectivo processo em fase de produção de provas.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 11.2 Usinas de Ilha Solteira e Jupia

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia operou as Usinas de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Nesse contexto, em 1º de outubro de 2015, foi publicada a Portaria MME nº 458, a qual definiu o montante de R\$ 2.028 como sendo a indenização relativa à reversão de bens da Usina de Ilha Solteira, “considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015”. Para a Usina de Jupia, a União entendeu que não haveria qualquer valor devido a título de indenização.

Nesse contexto, discordando dos valores de indenização fixados pela União, a Companhia ingressou em juízo para discutir a questão, pleiteando o recebimento, a título de reversão dos bens e instalações das Usinas de Ilha Solteira e de Jupia, de valor calculado com base no custo histórico atualizado dos ativos. Atualmente, após decisão de primeira instância que julgou a demanda parcialmente procedente, ambas as partes apresentaram recursos, os quais foram remetidos à segunda instância e aguardam julgamento.

Dada a existência de um ativo contingente, em atendimento ao CPC 25, a Companhia constituiu ajuste para desvalorização de ativos (ativo contingente), no montante de R\$ 580.798 (Ilha Solteira – R\$ 379.464 e Jupia – R\$ 201.334).

## 12. INTANGÍVEL

	30/9/2019		31/12/2018	
	Taxas Anuais Médias %	Custo Total	Amortização Acumulada	Líquido
<b>Em serviço</b>				
Software e licença de uso	4,9%	26.048	(13.079)	12.969
Repactuação risco hidrológico (a)	8,1%	26.533	(7.909)	18.624
Uso do bem público (b)	3,3%	181.760	(2.777)	178.983
Outorga (b)	3,3%	1.398.703	(21.369)	1.377.334
		1.633.044	(45.134)	1.587.910
<b>Em curso</b>				
Software e licença de uso		177		177
		177		177
		<b>1.633.221</b>	<b>(45.134)</b>	<b>1.588.087</b>

- (a) A repactuação do risco hidrológico registrada no intangível é amortizada, mensalmente, desde janeiro de 2016 até julho de 2028, considerando o acréscimo de 53 dias na outorga da UHE Porto Primavera.
- (b) Vide Nota 1.2 (d).

A movimentação dos saldos de ativo intangível está representada por:

	1/1/2019	Adições	Baixas	Ativações	Amortização	30/9/2019
<b>Em serviço</b>						
Software e licença de uso	15.880		(3)	731	(3.639)	12.969
Repactuação risco hidrológico	20.166			23	(1.565)	18.624
Uso do bem público		181.760			(2.777)	178.983
Outorga		1.398.703			(21.369)	1.377.334
	<b>36.046</b>	<b>1.580.463</b>	<b>(3)</b>	<b>754</b>	<b>(29.350)</b>	<b>1.587.910</b>
<b>Em curso</b>						
Software e licença de uso	754	177		(754)		177
	754	177		(754)		177
	<b>36.800</b>	<b>1.580.640</b>	<b>(3)</b>		<b>(29.350)</b>	<b>1.588.087</b>
		<b>1/1/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Ativações</b>	<b>Amortização</b>	<b>30/9/2018</b>
<b>Em Serviço</b>						
Software e licença de uso		16.300		2.023	(3.348)	14.975
Repactuação risco hidrológico		22.318			(1.614)	20.704
		<b>38.618</b>		<b>2.023</b>	<b>(4.962)</b>	<b>35.679</b>
<b>Em Curso</b>						
Software e licença de uso		1.242	2.909	(2.023)		2.128
		<b>39.860</b>	<b>2.909</b>		<b>(4.962)</b>	<b>37.807</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 13. IMOBILIZADO

			30/9/2019	31/12/2018
	Taxas Anuais Médias %	Custo Total	Depreciação Acumulada Líquido	Líquido
<b>Em serviço</b>				
Terrenos	3,3%	309.262	(3.989)	305.273
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	7.322.692	(3.621.413)	3.701.279
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,3%	2.292.802	(1.372.441)	920.361
Máquinas e Equipamentos	2,9%	2.631.692	(1.441.283)	1.190.409
Veículos	5,4%	6.124	(4.265)	1.859
Móveis e Utensílios	3,9%	1.380	(882)	498
		<b>12.563.952</b>	<b>(6.444.273)</b>	<b>6.119.679</b>
<b>P&amp;D</b>				
Máquinas e Equipamentos		(807)	144	(663)
		<b>(807)</b>	<b>144</b>	<b>(663)</b>
<b>Em curso</b>				
Reservatórios, Barragens e Adutoras				69
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		1.542		1.542
Máquinas e Equipamentos em Manutenção		21		21
Máquinas e Equipamentos em Montagem		514		514
Outros		1.293		1.293
		<b>3.370</b>		<b>3.370</b>
		<b>12.566.515</b>	<b>(6.444.129)</b>	<b>6.122.386</b>

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	1/1/2019	Adições	Baixas	Ativações	Depreciação	30/9/2019
<b>Em serviço</b>						
Terrenos	309.281		(19)		(3.989)	305.273
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.842.287			111	(141.119)	3.701.279
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	955.412				(35.051)	920.361
Máquinas e Equipamentos	1.244.999		(588)	3.110	(57.112)	1.190.409
Veículos	2.104				(245)	1.859
Móveis e Utensílios	1.008		(452)		(58)	498
	<b>6.355.091</b>		<b>(1.059)</b>	<b>3.221</b>	<b>(237.574)</b>	<b>6.119.679</b>
<b>P&amp;D</b>						
Máquinas e Equipamentos	(697)				34	(663)
	<b>(697)</b>				<b>34</b>	<b>(663)</b>
<b>Em curso</b>						
Reservatórios, Barragens e Adutoras	69			(69)		
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		1.542				1.542
Máquinas e Equipamentos em Manutenção	375	21		(375)		21
Máquinas e Equipamentos em Montagem	1.777	1.459		(2.722)		514
Outros	2	1.346		(55)		1.293
	<b>2.223</b>	<b>4.368</b>		<b>(3.221)</b>		<b>3.370</b>
	<b>6.356.617</b>	<b>4.368</b>	<b>(1.059)</b>		<b>(237.540)</b>	<b>6.122.386</b>

	1/1/2018	Adições	Baixas	Ativações	Depreciação	30/9/2018
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos	299.036		(1.185)	6.600		304.451
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.969.100		(5.242)		(135.147)	3.828.711
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.015.497		(7.135)		(39.405)	968.957
Máquinas e Equipamentos	1.304.384		12.573	106	(57.574)	1.259.489
Veículos	2.439		(2)		(251)	2.186
Móveis e Utensílios	1.179		(25)		(110)	1.044
	<b>6.591.635</b>		<b>(1.016)</b>	<b>6.706</b>	<b>(232.487)</b>	<b>6.364.838</b>
<b>Obrigações Bens de P&amp;D</b>						
Máquinas e Equipamentos	(737)			(12)	39	(710)
	<b>6.590.898</b>		<b>(1.016)</b>	<b>6.694</b>	<b>(232.448)</b>	<b>6.364.128</b>
<b>Em Curso</b>						
Terrenos	1.301	5.299		(6.600)		
Reservatórios, Barragens e Adutoras		69				69
Máquinas e Equipamentos em Manutenção		753		(106)		647
	<b>1.301</b>	<b>6.121</b>		<b>(6.706)</b>		<b>716</b>
<b>Obrigações Bens de P&amp;D</b>						
Máquinas e Equipamentos em Montagem		(12)		12		
	<b>1.301</b>	<b>6.109</b>		<b>(6.694)</b>		<b>716</b>
<b>Total</b>	<b>6.592.199</b>	<b>6.109</b>	<b>(1.016)</b>		<b>(232.448)</b>	<b>6.364.844</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 13.1 Custo atribuído (*deemed cost*)

Movimentação:

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 1/1/2018	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações	(5.033.204)	1.711.289	(3.321.915)
Saldo final em 31/12/2018	(1.479.926)	503.174	(976.752)
Realização no exercício (depreciação)	23.321	(5.047)	18.274
Saldo final em 30/09/2019	(1.456.605)	498.127	(958.478)

Saldo:

Usina	30/9/2019		
	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
UHE Engº Sérgio Motta (Menos Valia)	( 1.484.229)	508.590	( 975.639)
UHE Paraibuna	20.922	( 7.898)	13.024
UHE Jaguari	6.702	( 2.565)	4.137
<b>Total</b>	<b>(1.456.605)</b>	<b>498.127</b>	<b>(958.478)</b>

O valor de ajuste de avaliação patrimonial, remanescente no montante de R\$ 958.478 em 30/9/2019 (R\$ 976.752 em 31/12/2018), corresponde basicamente à “menos valia” apurada sobre a usina de Porto Primavera, que será realizada pela transferência para a conta de lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos (Nota 22.3).

### 14. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	30/9/2019	31/12/2018
Energia comprada para revenda	38.225	71.970
Provisão - CCEE - liminar (a)		95.852
	<b>38.225</b>	<b>167.822</b>

(a) Vide Nota 1.2 (h)



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

#### 15.1 Composição

30/9/2019				
	Encargos Financeiros Anuais	Circulante		Total
		Encargos	Principal	
<b>Moeda Estrangeira</b>				
BNDES (Brady)	2,86% a.a.+ UMBNDES	431	46.265	46.696
		<b>431</b>	<b>46.265</b>	<b>46.696</b>
<b>Moeda Nacional</b>				
Debêntures (a)	CDI + 1,64% a.a.	35.891		1.819.374
Eletrobrás (RGR e IRD)	Taxa Fixa 5% e 8% a.a.	1	888	889
		<b>35.892</b>	<b>888</b>	<b>1.820.263</b>
		<b>36.323</b>	<b>47.153</b>	<b>1.866.959</b>

31/12/2018				
	Encargos Financeiros Anuais	Circulante		Total
		Encargos	Principal	
<b>Moeda Estrangeira</b>				
BNDES (Brady)	2,86% a.a.+ UMBNDES	615	209.128	209.743
Eletropaulo	Div (0,8125% a.a.+ LIBOR)	92		1.139
		<b>707</b>	<b>209.128</b>	<b>210.882</b>
<b>Moeda Nacional</b>				
Eletrobrás (RGR e IRD)	Taxa Fixa 5% e 8% a.a.	2	4.719	4.754
		<b>2</b>	<b>4.719</b>	<b>4.754</b>
		<b>709</b>	<b>213.847</b>	<b>215.636</b>

(a) Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.800.000 provenientes da 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10 (Nota 1.2 (a)). A escritura de debêntures foi celebrada em 19 de dezembro de 2018 com vencimento em 7 anos e amortização em 4 parcelas anuais e consecutivas com carência de 3 anos. O valor nominal unitário não tem atualização monetária, incidindo apenas juros remuneratórios com pagamento semestral equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, "over extra-grupo", base 252 dias úteis, acrescida de sobretaxa de 1,64% ao ano.

O custo de emissão das debêntures foi o montante de R\$ 22.018 a ser apropriado no resultado mensalmente pelo prazo do contrato de 7 anos.

A escritura de emissão das debêntures determina que a Companhia deverá apresentar, anualmente, um índice financeiro de Dívida Financeira Líquida / EBITDA ajustado menor ou igual a 3,50x, obrigação aplicável a partir das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o não cumprimento justificará o vencimento antecipado das debêntures. Caso ocorra a não observância do critério, o agente fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas dentro de dois dias úteis. A operação de debêntures está garantida pelos recebíveis da Companhia.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 15.2 Composição do saldo devedor em moeda estrangeira:

Moeda	30/9/2019			31/12/2018		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$	46.696	11.213	100,00	210.882	54.424	100,00

(\*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 4,1644 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 3,8748 em 31 de dezembro de 2018).

### 15.3 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo não circulante:

	Moeda Nacional
2020	
2021	
2022	450.000
2023	450.000
2024	450.000
2025	450.000
Custo de captação	(16.517)
	<b>1.783.483</b>

### 15.4 As principais moedas e indexadores de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos trimestres findos em	US\$	CDI
30.06.2019	8,67	1,52
30.06.2018	3,84	1,59

### 15.5 Movimentação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
<b>Saldo inicial em 1/1/2019</b>	4.754	210.882	215.636
Captações	1.777.982		1.777.982
Juros e Comissões	102.365	7.368	109.733
Apropriações dos Custos de Captação	2.355		2.355
Variações Cambiais		3.128	3.128
Amortização do Principal	(3.864)	(167.141)	(171.005)
Amortização de Juros	(63.329)	(7.541)	(70.870)
<b>Saldo final em 30/9/2019</b>	<b>1.820.263</b>	<b>46.696</b>	<b>1.866.959</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
<b>Saldo inicial em 1/1/2018</b>	9.907	378.777	388.684
Juros e Comissões	431	18.700	19.131
Variações Cambiais		64.443	64.443
Amortização de Principal	(4.281)	(141.104)	(145.385)
Amortização de Juros	(14)	(16.930)	(16.944)
<b>Saldo final em 30/9/2018</b>	<b>6.043</b>	<b>303.886</b>	<b>309.929</b>

### 16. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	30/9/2019		31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total
- Contrato de Benefício Suplementar			
Contribuição Variável - CV	175	1.737	1.912
- Ajuste CPC 33/IAS 19	(175)	(1.737)	(1.912)

#### 16.1 Planos de benefícios

##### Movimentação do passivo

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30/9/2019	30/9/2018	30/9/2019	30/9/2018
Saldo inicial				
(Receita) / despesa do período	3.364	2.583	10.116	7.748
Contribuições pagas	(845)	(560)	(3.231)	(4.735)
(Ganhos) / perdas atuariais	(2.519)	(2.023)	(6.885)	(3.013)
Saldo final				

#### Resultado

Abaixo demonstramos a despesa estimada para o exercício de 2019, com base na avaliação atuarial de 2018:

	2019			
	BSPS	BD	CV	TOTAL
Custo do serviço corrente		14.370	5.800	20.170
Custo de juros sobre a obrigação	374.491	69.567	6.081	450.139
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(392.981)	(73.172)	(6.739)	(472.892)
Despesa/(Receita) sobre o "teto do ativo"	18.490	3.557	533	22.580
Contribuição do empregado		(3.905)	(2.604)	(6.509)
(Receita)/ despesa do exercício		<b>10.417</b>	<b>3.071</b>	<b>13.488</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 17. ENCARGOS SETORIAIS

	30/9/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal	137	4.556
- Diferença de Quotas - 2018 (a)		1.466
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	8.395	8.279
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	1.194	261
Quotas para P&D - FNDCT (b)	559	1.058
Quotas para P&D - MME (b)	570	529
P&D – Projetos (c)	84.716	111.535
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (d)	15.949	13.914
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSDg (e)	541	144
	<b>112.061</b>	<b>141.742</b>
<b>Não Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2018 (a)		19.953
P&D – Projetos (c)	15.899	15.899
	<b>15.899</b>	<b>35.852</b>
	<b>127.960</b>	<b>177.594</b>

(a) Vide Nota 1.2 (i)

(b) Quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para o Ministério de Minas e Energia- MME, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

(c) Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), atualizados pela SELIC. Os investimentos aplicados em P&D são contabilizados no ativo (Nota 8) e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação.

(d) Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – EUST, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.409 de 26 de junho de 2018.

(e) Encargos de uso do sistema de distribuição – TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 2.437/2018 (Elektro) e nº 2.469/2018 (EDP-SP).

### 18. USO DO BEM PÚBLICO

De acordo com o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a Companhia tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos (Nota 1.2 (d)).

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 30 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

	Ativo		Passivo	
	Ativo Intangível (nota 12)	UBP	(-) Ajuste a Valor Presente	Total
Registro Inicial em 15/4/2019	181.760	212.308	(30.548)	181.760
Amortização	(2.778)			
Realização AVP			3.777	3.777
<b>Saldo em 30/9/2019</b>	<b>178.982</b>	<b>212.308</b>	<b>(26.771)</b>	<b>185.537</b>

### Composição:

	30/9/2019			
	Ativo Intangível	Circulante	Não Circulante	Passivo Total
<b>Usina</b>				
Porto Primavera	178.982	18.297	167.240	185.537
	<b>178.982</b>	<b>18.297</b>	<b>167.240</b>	<b>185.537</b>

## 19. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

Atualmente, a composição de tais provisões abrange os seguintes valores:

	1/1/2019		Movimentação			30/9/2019
	Saldo	Atualização	Provisão / Reversão	(-) Pagamentos	(-) Reversão da provisão por acordo (a)	Saldo
Trabalhistas	247.663	17.569	(40.115)	(38.512)		186.605
Cíveis	35.164	2.387	(12.967)			24.584
Tributárias	5.828	392	505	(301)		6.424
<b>Indenizações</b>						
Ações ambientais	189.136	22.096	10.202			221.434
Ações cíveis	1.399.960	128.484	(154.715)	(8.285)		1.365.444
<b>Desapropriações</b>						
Ações de desapropriações - Usinas CESP	141.890	21.468	212.285	(27)	(130.000)	245.616
Ações de desapropriações - empresas cindidas	136.521	33.314	(22.683)	(1)		147.151
	<b>1.867.507</b>	<b>205.362</b>	<b>45.089</b>	<b>(8.313)</b>	<b>(130.000)</b>	<b>1.979.645</b>
	<b>2.156.162</b>	<b>225.710</b>	<b>(7.488)</b>	<b>(47.126)</b>	<b>(130.000)</b>	<b>2.197.258</b>

(a) Reversão com efeito caixa, conforme Nota 19.8



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	1/1/2018		Movimentação		30/9/2018	
	Saldo	Atualização	Provisão / Reversão	(-) Pagamentos	(-) Reversão da provisão por acordo	Saldo
Trabalhistas	271.618	20.652	21.052	(39.445)		273.877
Cíveis	32.067	2.336	153			34.556
Tributárias	24.788	2.002	1.249			28.039
<b>Indenizações</b>						
Ações ambientais	1.106.798	54.453	(366.416)	(27.184)	(583.175)	184.476
Ações cíveis	1.205.755	183.663	63.752	(24.817)	(72)	1.428.281
<b>Desapropriações</b>						
Ações de desapropriações - Usinas CESP	137.413	22.563	(12.034)	(6.136)		141.806
Ações de desapropriações - empresas cindidas	172.327	13.162	(8.662)	(24.188)		152.639
	2.622.293	273.841	(323.360)	(82.325)	(583.247)	1.907.202
	<b>2.950.766</b>	<b>298.831</b>	<b>(300.906)</b>	<b>(121.770)</b>	<b>(583.247)</b>	<b>2.243.674</b>

Em 30 de setembro de 2019, os litígios, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de perda estimada e o risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado abaixo.

Em relação às contingências decorrentes de ações cuja probabilidade de perda é estimada como remota, a Companhia optou por manter a prática historicamente adotada na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, divulgando o valor total correspondente a esse tipo de contingência. Entretanto, apesar de entender ser coerente a divulgação de tais valores, a Companhia ressalva que, dentre as diversas ações avaliadas como sendo de risco remoto, há demandas manifestamente incabíveis, cujo valor de causa não representa, em hipótese alguma, o valor financeiro efetivamente em discussão e que seria devido no caso de eventual condenação definitiva da Companhia.

Atualmente, as contingências decorrentes de litígios, judiciais ou administrativos, estão segregadas da seguinte forma:

Natureza	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas	186.605	75.219	122.376	384.200
Ações cíveis diversas	24.584	3.017	1.643	29.244
Ações tributárias	6.424	570.419	57.884	634.727
Ações ambientais	221.434	361.898	2.763.779	3.347.111
Ações cíveis	1.365.444	1.166.148	4.161.631	6.693.223
Ações de desapropriações - Usinas CESP	245.616	8.665	429.563	683.844
Ações de desapropriações - empresas cindidas	147.151	323	35.494	182.968
<b>Total em 30 de setembro de 2019</b>	<b>2.197.258</b>	<b>2.185.689</b>	<b>7.572.370</b>	<b>11.955.317</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.156.162</b>	<b>2.066.353</b>	<b>7.352.360</b>	<b>11.574.875</b>

As principais ações encontram-se descritas, resumidamente, nas notas explicativas abaixo:

### 19.1 Reclamações trabalhistas

Em 30 de setembro de 2019, as reclamações trabalhistas movidas contra a Companhia totalizam o montante de R\$ 384.200 (R\$ 460.571, em 31/12/2018). A Companhia mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 186.605 (R\$ 247.663, em 31/12/2018), representadas por 448 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, no montante de R\$ 97.106 (R\$ 94.321 em 31/12/2018 – Nota 9).

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam o montante de R\$ 75.219 (R\$ 89.443, em 31/12/2018) correspondentes a 243 processos.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 19.2 Ações cíveis diversas

#### 19.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A Companhia está envolvida em 20 ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias nº 38 e nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. Estas ações possuem riscos avaliados como perdas provável e possível, em 30 de setembro de 2019, no montante de R\$ 27.601 (R\$ 39.383 em 31/12/2018).

### 19.3 Ações tributárias

A Companhia está envolvida em 167 ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 576.843 (R\$ 62.979, em 31/12/2018), com expectativa de perda considerada provável e possível. A Companhia mantém registrado o montante de R\$ 31.235 (R\$ 29.329 em 31/12/2018) em depósitos judiciais relativos à processos tributários (Nota 9).

### 19.4 Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a medidas reparatórias de danos ambientais, sobretudo em razão do alto impacto ambiental dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.

Atualmente, as ações ambientais cuja expectativa de perda é considerada provável ou possível totalizam o montante de R\$ 583.332 (R\$ 450.254 em 31/12/2018), conforme abaixo:

	Provável	Possível	Total
Proteção de encosta	13.146	239.917	253.063
Parques	205.817	74.290	280.107
Lençol freático		4.449	4.449
Outros	2.471	43.242	45.713
	<b>221.434</b>	<b>361.898</b>	<b>583.332</b>

Em relação a essas ações, há depósitos judiciais registrados pela Companhia no montante de R\$ 43.429 (R\$ 40.812 em 31/12/2018).

### 19.5 Ações cíveis – Usinas CESP

#### 19.5.1 Ações de pescadores

Existem ações em curso contra a Companhia intentadas por pescadores da região da UHE Porto Primavera, que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina. O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 30 de setembro de 2019, alcança o montante de R\$ 672.190, correspondente a um total de 269 processos (R\$ 725.523, em 31/12/2018).



## Notas Explicativas

### Período findo em 30 de setembro de 2019

#### Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 19.5.2 Ações de oleiros ceramistas

Existem ações em curso contra a Companhia propostas por oleiros/ceramistas impactados quando da formação da UHE Porto Primavera. O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 30 de setembro de 2019, alcança o montante de R\$ 1.217.756, correspondente a um total de 29 processos (R\$ 1.314.465, em 31/12/2018).

#### 19.5.3 Ações de inadimplemento contratual e outros

Existem ações em curso contra a Companhia, cujos objetos baseiam-se em pedidos de indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador. O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 30 de setembro de 2019, alcança o montante de R\$ 475.406, correspondente a um total de 187 processos (R\$ 296.937, em 31/12/2018).

#### 19.5.4 Ação AES – Sul (atual CPFL Energia)

A Companhia é parte em ação ordinária ajuizada pela AES Sul, em face da ANEEL, buscando a anulação parcial do “Despacho ANEEL nº 288/2002” e sua não aplicação de forma retroativa. Em síntese, a AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio de exposição, conforme determinado no referido Despacho ANEEL, especificamente em relação a uma operação de venda de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica de Itaipu, relativa ao período de racionamento ocorrido em 2001. Não sendo permitida, à AES Sul, a não opção pelo alívio de exposição, seria desfeita uma operação de mercado na qual ela obteve lucro de aproximadamente no montante de R\$ 373.000. A Companhia e demais agentes do mercado passaram a integrar a lide, considerando que também sofrerão impactos decorrentes do entendimento a ser aplicado no caso. Atualmente, após ser dado provimento ao recurso de Apelação da AES Sul, interposto em face de sentença que julgou improcedente a demanda, aguarda-se pelo julgamento de outros recursos interpostos pelas demais partes (embargos infringentes).

No que impacta a Companhia, atualmente a lide apresenta um valor em discussão no montante de R\$ 166.241 (R\$ 270.448 em 31/12/2018), cujo risco de perda é avaliado como possível e R\$ 212.068 como remoto.

#### 19.6 Ações de desapropriação – Usina CESP

Existem 27 ações em curso contra a Companhia discutindo o valor da indenização referente à desapropriação de áreas relacionadas à formação dos reservatórios das usinas da Companhia. O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 30 de setembro de 2019, alcança o montante de R\$ 254.281. (R\$ 588.557, em 31/12/2018).

#### 19.7 Ações cíveis/desapropriações – Empresas cindidas

Existem ações em curso contra a Companhia discutindo questões relacionadas às usinas, obrigações e questões judiciais de empreendimentos atualmente sob responsabilidade das empresas AES Tietê, Duke Energy e CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da Companhia).

O valor total discutido nas ações com risco de perda provável e possível, em 30 de setembro de 2019, alcança o montante de R\$ 147.474 (R\$ 136.863 em 31/12/2018).

#### 19.8 Acordo Extrajudicial com o Ministério Público e Prefeituras de Mato Grosso do Sul

Em 30 de junho de 2018, a Companhia alcançou um Acordo com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul e Prefeituras dos Municípios de Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Brasilândia, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, todos da região de influência do reservatório de Porto Primavera, no Estado do Mato Grosso do Sul.

O Acordo objetiva extinguir ações judiciais movidas por aquelas Instituições contra a Companhia, e também as obrigações ambientais previstas nos Instrumentos Particulares de Composição Amigável – IPCA's 1998 e no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC 2001, substituindo-as pelo compromisso da Companhia em cumprir todas as condicionantes da Licença de Operação nº 121/2000 – 2ª Renovação, emitida em 23 de maio de 2018 pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pelo Acordo, assinado em junho de 2018, o Estado do Mato Grosso do Sul fica autorizado a levantar o valor dos depósitos judiciais existentes, no montante total de R\$ 583.247. As partes outorgaram à Companhia quitação plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável de todas as obrigações previstas no Instrumento de acordo, ficando vedada toda e qualquer discussão em juízo ou fora dele, acerca de indenizações, ressarcimentos, obrigações de fazer, pleitos de perdas e danos emergentes, lucros cessantes ou despesa a qualquer título.

O acordo extingue ações judiciais movidas pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul e referidas Prefeituras, que, encontravam-se classificadas da seguinte forma no momento do acordo:

				30/6/2018
	Ativo		Passivo	Resultado
	Cauções e Depósitos	Contingência	Outras Obrigações	
Ambiental	(583.175)	935.042		351.867
Cível	(72)	53.634		53.562
	<b>(583.247)</b>	<b>988.676</b>		<b>405.429</b>
P.M. Bataguassu			2.000	(2.000)
Estado do MS			50.000	(50.000)
	<b>(583.247)</b>	<b>988.676</b>	<b>52.000</b>	<b>353.429</b>

## 20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/9/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		
Fundação CESP	933	
Acordo judicial trabalhista		1.584
Acordo extrajudicial Estado do MS	5.384	5.159
Acordo judicial - desapropriação saldos a pagar (Nota 19)	59.349	
Indenização judicial	10.161	
Provisão para Seguros (Nota 29)	6.816	
Outros	1.909	2.918
	<b>84.552</b>	<b>9.661</b>
<b>Não Circulante</b>		
Acordo extrajudicial Estado do MS	37.685	41.272
Provisão Honorários Ad Exitum	8.973	8.973
Reserva Global de Reversão - RGR (amortização/reversão)	13.709	14.553
Provisão PIS/COFINS sobre atualização depósitos judiciais	9.350	9.229
Outros	21	
	<b>69.738</b>	<b>74.027</b>
	<b>154.290</b>	<b>83.688</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30/9/2019				Acumulado em 30/9/2019	
			Ativo		Passivo			
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Patrimônio Líquido
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.	6 e 14	Compra e venda de energia	5.896		2.052		22.887	
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	15	Empréstimos			889		(158)	
Funcesp - Fundação CESP	16.1	Entidade de previdência					(10.133)	
Banco Votorantim	27.5	Instrumentos financeiros derivativos	462	726	856	268	94	78

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31/12/2018				Acumulado em 30/9/2018
			Ativo		Passivo		
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.		Venda de Energia	4.608				
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.		Aluguel / condomínio					(3.711)
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	15	Empréstimos			4.721	33	(431)
Funcesp - Fundação CESP		Entidade de previdência					(7.748)

#### 21.1 Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração da Administração da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 foi no montante de R\$ 1.168 (R\$ 1.442 em 30/9/2018), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 991 (R\$ 1.223 em 30/9/2018) e encargos sociais no montante de R\$ 177 (R\$ 219 em 30/9/2018).

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 22.1 Capital social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.801 ações ordinárias, 7.386.323 ações preferenciais classe A e 210.948.549 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme o estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2019, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
<b>Acionistas</b>								
VTRM Energia e Participações S/A	51.045.879	46,76			14.464.166	6,86	65.510.045	20,00
SF Ninety Two Participações Societárias S/A	51.045.876	46,76			14.464.134	6,86	65.510.010	20,00
	<b>102.091.755</b>	<b>93,52</b>			<b>28.928.300</b>	<b>13,72</b>	<b>131.020.055</b>	<b>40,00</b>
<b>Outros</b>								
Ações em tesouraria	3		1		2.560		2.564	
Ações em circulação	7.076.043	6,48	7.386.322	100,00	182.017.689	86,28	196.480.054	60,00
	<b>7.076.046</b>	<b>6,48</b>	<b>7.386.323</b>	<b>100,00</b>	<b>182.020.249</b>	<b>86,28</b>	<b>196.482.618</b>	<b>60,00</b>
	<b>109.167.801</b>	<b>100,00</b>	<b>7.386.323</b>	<b>100,00</b>	<b>210.948.549</b>	<b>100,00</b>	<b>327.502.673</b>	<b>100,00</b>
<b>Capital social integralizado por ações em R\$ Mil</b>	<b>1.991.815</b>		<b>134.767</b>		<b>3.848.851</b>		<b>5.975.433</b>	



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 22.2 Reservas de capital

	30/9/2019	31/12/2018
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

### 22.3 Reserva de lucros

	30/9/2019	31/12/2018
Reserva legal	113.600	113.600
Reserva estatutária	405.546	405.546
Reserva de lucros a realizar	35.442	35.442
	<b>554.588</b>	<b>554.588</b>

### 22.4 Ajuste de avaliação patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 1º de janeiro de 2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 13.1), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajustes de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Prejuízos acumulados" na medida em que a depreciação e a baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019</b>	(1.479.926)	503.174	(976.752)
Realização no exercício (depreciação)	27.543	(9.269)	18.274
<b>Saldo final em 30 de setembro de 2019</b>	<b>(1.452.383)</b>	<b>493.905</b>	<b>(958.478)</b>

### 22.5 Outros resultados abrangentes

A partir da adoção do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido.

A parte do ganho ou perda resultantes de instrumentos de *hedge* determinada como eficaz é reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes (Nota 27.5)

A movimentação de outros resultados abrangentes está representada abaixo:

	30/9/2019	30/9/2018
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro</b>	(380.301)	(370.669)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5)		
Provisão de instrumentos financeiros derivativos	2.798	
(-) IRPJ e CSLL diferidos sobre instrumentos financeiros derivativos	(951)	
	1.847	
Ajuste CPC 33 (R1) – Benefícios a empregado no período	6.885	3.013
<b>Saldo final em 30 de setembro</b>	<b>(371.569)</b>	<b>(367.656)</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 23. RECEITA

#### 23.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e atualização de preços (não revisado)

A Companhia mantém contratos com 33 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados. Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras pela ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2019	Mês do Reajuste	Produtos e Preços R\$/MWh		Reajuste no ano (%)
		2009 a 2038	2010 a 2039	
<b>Concessionárias</b>				
Energisa Borborema	Fevereiro	248,39	234,11	3,78
Ampla, CPFL Jaguarí	Março	249,46	235,12	3,89
Light	Março	249,46	235,12	3,89
Enersul, Cemat, CPFL Paulista, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energisa SE e Celpe	Abril	251,33	236,88	4,58
Cemig	Maio	252,77	238,23	4,94
RGE e Copel	Junho	253,09	238,54	4,66
Energisa Sul-Sudeste	Julho	234,58	221,09	4,17
Celtins e Eletropaulo	Julho	234,58	221,09	3,00
Celpe, EDP ES, Celesc, Elektro Redes, Celmar e Energisa PB	Agosto	253,60	239,02	3,22
Ceal	Setembro	253,88	239,28	3,43

Reajustes em 2018	Mês do Reajuste	Produtos e Preços R\$/MWh		Reajuste no ano (%)
		2009 a 2038	2010 a 2039	
<b>Concessionárias</b>				
Energisa Borborema	Janeiro	239,35	225,59	2,86
Ampla, Light, CPFL Jaguarí	Fevereiro	240,12	226,31	2,84
Energisa MT, CPFL Paulista, Energisa MS, RGE Sul, Coelba, Coelce, Cosern, Celpe, Energisa SE	Março	240,34	226,52	2,68
Cemig	Maio	240,87	227,01	2,76
Copel e RGE	Junho	241,83	227,91	2,86
Energisa TO, Energisa Sul-Sudeste e Eletropaulo	Julho	244,88	230,79	4,39
Celesc, Celpe, EDP ES, Elektro, Cemar e Energisa PB	Agosto	245,68	231,56	4,48
Ceal	Setembro	245,46	231,35	4,19

#### 23.2 Energia vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no período, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

Energia vendida no 3º trimestre	MWh (*)		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fornecimento</b>				
Industrial	1.124.255	1.211.845	216.021	220.702
<b>Suprimento</b>				
<b>Contratos</b>				
Agentes Comercializadores	718.231	735.982	129.988	141.091
<b>Leilões de Energia</b>				
Produto 6 CCENV 2009-2038	172.359	170.660	43.113	40.923
Produto 7 CCENV 2010-2039	321.375	318.528	75.934	72.170
	493.734	489.188	119.047	113.093
	<b>1.211.966</b>	<b>1.225.170</b>	<b>249.035</b>	<b>254.184</b>
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</b>				
Energia de curto prazo - PLD			2.855	
Liquidações de exercícios anteriores				17.745
Mecanismo de realocação de energia - MRE	617.312	889.516	7.583	10.547
	<b>617.312</b>	<b>889.516</b>	<b>10.438</b>	<b>28.292</b>
<b>Total</b>	<b>2.953.533</b>	<b>3.326.531</b>	<b>475.494</b>	<b>503.178</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Energia vendida até 30 de setembro	MWh (*)		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018
<b>Fornecimento</b>				
Industrial	2.901.808	3.178.791	571.875	565.899
<b>Suprimento</b>				
<b>Contratos</b>				
Agentes comercializadores	1.898.325	2.231.057	344.752	422.011
<b>Leilões de Energia</b>				
Produto 6 CCENV 2009-2038	532.198	531.353	131.313	125.996
Produto 7 CCENV 2010-2039	963.491	960.887	224.072	214.925
	1.495.689	1.492.240	355.385	340.921
	<b>3.394.015</b>	<b>3.723.297</b>	<b>700.137</b>	<b>762.932</b>
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</b>				
Energia de curto prazo - PLD	109.745	250.733	26.580	53.914
Liquidações de exercícios anteriores			8.830	25.229
Mecanismo de realocação de energia - MRE	1.972.063	1.266.127	24.058	14.745
	<b>2.081.808</b>	<b>1.516.860</b>	<b>59.468</b>	<b>93.888</b>
<b>Total</b>	<b>8.377.631</b>	<b>8.418.948</b>	<b>1.331.480</b>	<b>1.422.719</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Resumo por Ambiente de Comercialização	Para os trimestres findos em 30 de setembro					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio) (*)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Mercado Livre</b>						
Consumidores Livres	1.124.255	1.211.845	216.021	220.702	192,15	182,12
Agentes Comercializadores	718.231	735.982	129.988	141.091	180,98	191,70
	1.842.486	1.947.827	346.009	361.793	187,79	185,74
<b>Mercado Regulado</b>						
Leilões de Energia	493.734	489.188	119.047	113.093	241,12	231,19
CCEE - PLD			2.855			
	493.734	489.188	121.902	113.093	246,90	231,19
<b>Total</b>	<b>2.336.220</b>	<b>2.437.015</b>	<b>467.911</b>	<b>474.886</b>	<b>200,29</b>	<b>194,86</b>

Resumo por Ambiente de Comercialização	Acumulado no período até 30 de setembro					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio) (*)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Mercado Livre</b>						
Consumidores Livres	2.901.808	3.178.791	571.875	565.899	197,08	178,02
Agentes Comercializadores	1.898.325	2.231.057	344.752	422.011	181,61	189,15
	4.800.133	5.409.848	916.627	987.910	190,96	182,61
<b>Mercado Regulado</b>						
Leilões de Energia	1.495.689	1.492.240	355.385	340.921	237,61	228,46
CCEE - PLD	109.745	250.733	26.580	53.914	242,20	215,03
	1.605.434	1.742.973	381.965	394.835	237,92	226,53
<b>Total</b>	<b>6.405.567</b>	<b>7.152.821</b>	<b>1.298.592</b>	<b>1.382.745</b>	<b>202,73</b>	<b>193,31</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

(\*\*) Não inclui os efeitos do MRE e liquidações anteriores.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 23.3 Receita líquida

Em atendimento às exigências do CPC 47 (Receita de contrato com cliente), apresentamos a conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30/9/2019	30/9/2018	30/9/2019	30/9/2018
<b>RECEITA BRUTA</b>				
Receitas com energia				
Fornecimento de energia	216.021	220.702	571.875	565.899
Suprimento de energia - Contratos	129.988	141.091	344.752	422.011
Suprimento de energia - Leilões	119.047	113.093	355.385	340.921
Energia de curto prazo	10.438	28.292	59.468	93.888
	475.494	503.178	1.331.480	1.422.719
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5)	(94)		(94)	
Outras receitas	748	646	2.027	1.953
	654	646	1.933	1.953
	476.148	503.824	1.333.413	1.424.672
<b>DEDUÇÕES À RECEITA</b>				
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(843)	(1.894)	(25.460)	(22.453)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4.164)	(4.401)	(11.393)	(12.244)
Imposto sobre serviços - ISS	(32)	(34)	(101)	(97)
COFINS sobre receitas operacionais	(35.583)	(36.722)	(97.986)	(103.645)
PIS sobre receitas operacionais	(7.726)	(7.973)	(21.273)	(22.502)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(12.119)	(11.399)	(35.956)	(35.475)
Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE	(1.215)	(784)	(2.783)	(2.244)
	(61.682)	(63.207)	(194.952)	(198.660)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>414.466</b>	<b>440.617</b>	<b>1.138.461</b>	<b>1.226.012</b>

### 24. CUSTOS E DESPESAS

Apresentamos o detalhamento dos custos e despesas operacionais:

Natureza dos custos e despesas	Trimestre findo em 30/9/2019				Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
Energia comprada	(128.140)				(128.140)
Encargos setoriais	(36.658)				(36.658)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão	10.539				10.539
Pessoal		(4.696)	(20.401)		(25.097)
PDV - Programa de Demissão Voluntária		(1.067)	(4.888)		(5.955)
Administradores			(364)		(364)
Entidade de previdência a empregados			(3.364)		(3.364)
Materiais		(583)	(948)		(1.531)
Serviços de terceiros		(3.390)	(5.826)		(9.216)
Depreciação/Amortização		(94.458)	(1.819)	(12)	(96.289)
Outros encargos - ONS/CCEE			(868)	(448)	(1.316)
Aluguéis		(18)	(80)		(98)
Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017 (Nota 1.2 (i))				23.152	23.152
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				339	339
Provisão para litígios (Nota 19)				(5.259)	(5.259)
Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				91	91
Perda estimada de créditos					
Custos retardatários				(1.492)	(1.492)
Outras (despesas) ou receitas		149	(4.539)	(2.302)	(6.692)
<b>Total</b>	<b>(154.259)</b>	<b>(104.063)</b>	<b>(43.097)</b>	<b>14.069</b>	<b>(287.350)</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza dos custos e despesas	Trimestre findo em 30/9/2018 (Reapresentado)				Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
Energia comprada	(360.813)				(360.813)
Encargos setoriais	(32.017)				(32.017)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão	35.298				35.298
Pessoal		(5.864)	(28.603)		(34.467)
Administradores			(392)		(392)
Entidade de previdência a empregados			(2.583)		(2.583)
Materiais		(710)	(436)		(1.146)
Serviços de terceiros		(5.809)	(9.982)		(15.791)
Depreciação/Amortização		(77.311)	(1.622)	(241)	(79.174)
Outros encargos - ONS/CCEE			(243)		(243)
Aluguéis			(1.181)		(1.181)
Execução Acordo MPMS					
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				132	132
Provisão para litígios (Nota 19)				5.219	5.219
Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				8.941	8.941
Perda estimada de créditos				(394)	(394)
Provisão para compromissos socioambientais					
Custos retardatários				(1.103)	(1.103)
Outras (despesas) ou receitas		(4.050)	(962)	(4.704)	(9.716)
<b>Total</b>	<b>(357.532)</b>	<b>(93.744)</b>	<b>(46.004)</b>	<b>7.850</b>	<b>(489.430)</b>

Natureza dos custos e despesas	Acumulado até 30/9/2019				Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
Energia comprada	(448.296)				(448.296)
Encargos setoriais	(99.675)				(99.675)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão	37.257				37.257
Pessoal		(15.756)	(70.492)		(86.248)
PDV - Programa de Demissão Voluntária (Nota 1.2 (b))		(9.883)	(100.863)		(110.746)
Administradores			(1.168)		(1.168)
Entidade de previdência a empregados			(10.116)		(10.116)
Materiais		(2.321)	(1.380)		(3.701)
Serviços de terceiros		(11.807)	(22.926)		(34.733)
Depreciação/Amortização		(261.829)	(5.247)	(344)	(267.420)
Outros encargos - ONS/CCEE			(1.336)	(448)	(1.784)
Aluguéis		(18)	(1.541)		(1.559)
Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017 (Nota 1.2 (i))				23.152	23.152
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				7.789	7.789
Provisão para litígios (Nota 19)				7.488	7.488
Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				(122)	(122)
Perda estimada de créditos				(364)	(364)
Custos retardatários				(2.099)	(2.099)
Outras (despesas) ou receitas		(7.623)	(6.274)	(8.089)	(21.986)
<b>Total</b>	<b>(510.714)</b>	<b>(309.237)</b>	<b>(221.343)</b>	<b>26.963</b>	<b>(1.014.331)</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza dos custos e despesas	Acumulado até 30/9/2018 (Reapresentado)				Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
Energia comprada	(557.456)				(557.456)
Encargos setoriais	(94.157)				(94.157)
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão	54.506				54.506
Pessoal		(17.593)	(82.465)		(100.058)
Administradores			(1.442)		(1.442)
Entidade de previdência a empregados			(7.748)		(7.748)
Materiais		(1.802)	(1.339)		(3.141)
Serviços de terceiros		(17.135)	(25.858)		(42.993)
Depreciação/Amortização		(231.947)	(4.728)	(735)	(237.410)
Outros encargos - ONS/CCEE			(722)		(722)
Aluguéis			(3.303)		(3.303)
Execução Acordo MPMS				(52.000)	(52.000)
Provisão para redução ao valor realizável de almoxarifados				255	255
Provisão para litígios (Nota 19)				300.906	300.906
Provisão PIS/COFINS sobre atualização de depósitos judiciais				9.782	9.782
Perda estimada de créditos				(1.047)	(1.047)
Provisão para compromissos socioambientais				27.585	27.585
Custos retardatários				(2.075)	(2.075)
Outras (despesas) ou receitas		(5.107)	(2.798)	(5.785)	(13.690)
<b>Total</b>	<b>(597.107)</b>	<b>(273.584)</b>	<b>(130.403)</b>	<b>276.886</b>	<b>(724.208)</b>

### 24.1 Energia comprada e encargos setoriais

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30/9/2019	30/9/2018	30/9/2019	30/9/2018
<b>Energia comprada</b>				
CCEE	(1.472)	(8.963)	(79.063)	(22.452)
Provisão CCEE	(8.616)	19.270	(8.616)	(6.331)
Líquido CCEE	(10.088)	10.307	(87.679)	(28.783)
<b>Energia proveniente do MRE</b>				(1.239)
Prêmio repactuação do risco hidrológico (Nota 12)	(3.754)	(3.755)	(11.266)	(11.266)
Energia comprada para revenda	(114.298)	(367.365)	(349.351)	(516.168)
	(128.140)	(360.813)	(448.296)	(557.456)
<b>Uso da Rede Elétrica</b>				
Conexão - CTEEP	(11)	(16)	(46)	(47)
Rede Básica	(36.647)	(32.001)	(99.629)	(94.110)
	(36.658)	(32.017)	(99.675)	(94.157)
<b>Subtotal</b>	<b>(164.798)</b>	<b>(392.830)</b>	<b>(547.971)</b>	<b>(651.613)</b>
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos do sistema de transmissão	10.539	35.298	37.257	54.506
<b>Total</b>	<b>(154.259)</b>	<b>(357.532)</b>	<b>(510.714)</b>	<b>(597.107)</b>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25. RESULTADO FINANCEIRO

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30/9/2019	30/9/2018 (Reapresentado)	30/9/2019	30/9/2018 (Reapresentado)
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	7.541	7.864	56.103	21.336
Atualização de levantamento de depósitos judiciais	1.150	2.002	3.836	8.590
Atualização do saldo de depósitos judiciais	612	4.986	5.666	21.795
Outras receitas financeiras	5	753	183	995
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(223)	(452)	(2.615)	(1.382)
	9.085	15.153	63.173	51.334
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos de dívidas				
Moeda estrangeira	(1.210)	(6.057)	(7.368)	(18.700)
Moeda nacional	(36.312)	(121)	(104.720)	(431)
	(37.522)	(6.178)	(112.088)	(19.131)
Imposto sobre operações financeiras	(154)	(184)	(233)	(410)
Atualização P&D - projetos	(276)	(489)	(909)	(1.846)
Atualização UFERMS sobre acordo MP/MS	(482)	(225)	(1.844)	(225)
Atualização do saldo de provisão para litígios	(96.237)	(97.225)	(225.710)	(298.831)
Ajuste a valor presente sobre UBP - Uso do bem público	(2.070)		(3.777)	
Outros encargos	(2.199)	(6.836)	(3.043)	(7.644)
	(101.418)	(104.959)	(235.516)	(308.956)
	(138.940)	(111.137)	(347.604)	(328.087)
Variações cambiais, líquidas	(6.068)	(12.952)	(3.128)	(64.443)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(135.923)</b>	<b>(108.936)</b>	<b>(287.559)</b>	<b>(341.196)</b>

### 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

#### Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos períodos findos em 30 de setembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30/9/2019	30/9/2018	30/9/2019	30/9/2018
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				
	(8.807)	(157.749)	(163.429)	160.608
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados à alíquota nominal	2.994	53.635	55.566	(54.607)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos				1
Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas	(342)	39.764	(1.325)	54.346
	(342)	39.764	(1.325)	54.347
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre itens sem constituição de diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa	(1.329)	(12.479)	(79.201)	(164.297)
Outras adições (exclusões) temporárias, líquidas	(372)	(25.251)	18.288	239.129
	(1.701)	(37.730)	(60.913)	74.832
<b>IRPJ e CSLL apurados</b>	<b>951</b>	<b>55.669</b>	<b>(6.672)</b>	<b>74.572</b>
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>				
Diferido	951	55.669	(6.672)	74.572
	951	55.669	(6.672)	74.572



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores e comercializadoras (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado regulado). Em 30 de setembro de 2019, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	30/9/2019	31/12/2018
<b>Ativos Financeiros</b>		
Avaliados ao Custo Amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	540.865	410.886
Valores a receber (Nota 6)	182.662	240.802
Ativo sujeito à indenização (Nota 11)	1.949.430	1.949.430
	<u>2.672.957</u>	<u>2.601.118</u>
Avaliados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5)	3.907	
	<u>3.907</u>	
	<u><b>2.676.864</b></u>	<u><b>2.601.118</b></u>
<b>Passivos Financeiros</b>		
Avaliados ao Custo Amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	1.866.959	215.636
	<u>1.866.959</u>	<u>215.636</u>
Avaliados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5)	1.203	
	<u>1.203</u>	
	<u><b>1.868.162</b></u>	<u><b>215.636</b></u>

#### 27.1 Índice de endividamento

Índice de Endividamento	30/9/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	1.866.959	215.636
Arrendamento mercantil (Nota 4)	7.613	
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5)	(540.865)	(410.886)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5)	(2.704)	
Dívida Líquida	<b>1.331.003</b>	<b>(195.250)</b>
Patrimônio Líquido	6.940.697	7.102.066
<b>Índice de Endividamento Líquido</b>	<b>19,18%</b>	<b>-2,75%</b>

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Vencimentos				
	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Em 30 de setembro de 2019</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	83.476		1.017.233	766.250	1.866.959
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27.5)	911	292			1.203
	<u>84.387</u>	<u>292</u>	<u>1.017.233</u>	<u>766.250</u>	<u>1.868.162</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 15)	214.556		33	1.047	215.636
	<u>214.556</u>		<u>33</u>	<u>1.047</u>	<u>215.636</u>



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 27.2 Risco de taxa de câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano).

Passivos	30/9/2019	31/12/2018
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>		
Dólar americano - US\$ (Nota 15)	46.696	210.882
<b>Total</b>	<b>46.696</b>	<b>210.882</b>

Para o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures, a Companhia considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) nos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do período.

Além disso, a Companhia tem exposição em seu resultado operacional decorrente de contratos de venda de energia vinculados à taxa do dólar. Esta exposição é mitigada por meio de operações de Hedge, conforme Nota 27.5

### 27.3 Risco de taxa de juros / inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas.

Passivos vinculados às taxas	30/9/2019	31/12/2018
<b>Moeda nacional</b>		
Taxa fixa	889	4.754
CDI	1.819.374	
<b>Moeda estrangeira</b>		
UMBNDDES	46.696	209.743
LIBOR		1.139
<b>Total</b>	<b>1.866.959</b>	<b>215.636</b>

A Companhia considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos atualizados com taxas de juros pós-fixadas, é a elevação destas taxas e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda estrangeira (Nota 15.4).

### Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar e das taxas de juros CDI e cupom de dólar. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo as políticas financeiras da Companhia.

Os cenários em 30 de setembro de 2019, estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 30 de setembro de 2019, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de dezembro de 2019;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 30 de setembro de 2019;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 30 de setembro de 2019.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa	Principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 30/9/2019	Impactos no resultado				
						Cenário I		Cenários II & III		
						Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros										
BRL-CDI	539.912	1.800.000	732.934	BRL milhares	- 16bps	2.016	17.013	34.027	(17.013)	(34.027)
Cupom de dólar			176.000	USD milhares	-2 bps	(3)	(2)	(4)	2	4
Taxas de câmbio										
Dólar americano		46.696	176.000	USD milhares	-5%	4.548	22.083	44.165	(22.083)	(44.165)

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa	Principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Resultados do cenário I	Impactos no resultado abrangente				
						Cenário I		Cenários II & III		
						-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros										
BRL-CDI	30/9/2019	1.800.000	732.934	BRL milhares	(1.103)	8.002	16.233	(7.782)	(15.353)	
Cupom de dólar			176.000	USD milhares	(7.358)	(4.594)	(9.263)	4.520	8.969	
Taxas de câmbio										
Dólar americano		378.777	176.000	USD milhares	34.621	168.114	336.227	(168.114)	(336.227)	

### 27.4 Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento. Em 30 de setembro de 2019, a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

### 27.5 Instrumentos financeiros derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

#### (a) Política financeira adotada pela Companhia

Em 30 de agosto de 2019, o conselho de administração da Companhia aprovou a celebração de um programa de NDF - *Non Deliverable Forward* em dólares (venda de moeda estrangeira), na modalidade de balcão, com o objetivo de proteger até 95% da exposição cambial no período entre janeiro e dezembro de 2021. Esta exposição decorre de contratos de venda de energia com cláusula de ajuste vinculada à taxa do dólar.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente mensurados ao valor justo. Derivativos são usados apenas para fins de mitigação de risco e não como investimentos especulativos. Quando os derivativos são atendem aos critérios de contabilização de hedge, são classificados como mantidos para negociação e contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

Os derivativos contratados pela Companhia são considerados como *hedge* de fluxo de caixa, relacionados a uma transação prevista altamente provável (receita de venda de energia). A parcela efetiva das alterações no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido na linha de "Outros resultados abrangentes" e é subsequentemente reclassificada para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados protegidos afetam a demonstração de resultado.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser aprovadas previamente pelo Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia. A Companhia documenta, no início da operação de *hedge*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, bem como seus objetivos e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* e contabilizados como *hedge accounting* são altamente eficazes na compensação de mudanças no valor justo ou fluxo de caixa de itens cobertos, conforme determinado pelo CPC 48 / IFRS 9.

### (c) Operações de derivativos

Apresentamos os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia até 30 de setembro de 2019:

	Valor Principal		Unidade	Valor justo em	Δ Valor justo	Impacto no resultado operacional	Valor justo em
	30/9/2019	31/12/2018		31 de dezembro de 2018	Outros resultados abrangentes		30 de setembro de 2019
<b>Programas</b>							
Hedge de operações de venda de energia							
Non Deliverable Forward	176.000		USD Milhares		2.798	(94)	2.704
	<u>176.000</u>				<u>2.798</u>	<u>(94)</u>	<u>2.704</u>

## 27.6 Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de setembro de 2019 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

### (b) Valores a receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações financeiras intermediárias.

### (c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

### (d) Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, e outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva DI Pré Bovespa (juros de mercado em reais), como segue:

### (e) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o cálculo do seu valor presente através de curvas de rentabilidade nas datas de encerramento. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos são desenvolvidos com base em dados da B3, Banco Central do Brasil, LME e Bloomberg, interpolados entre os vencimentos disponíveis.

O valor presente dos contratos a termo (NDF) é estimado descontando-se o valor nominal multiplicado pela diferença entre o preço futuro na data de referência e o preço contratado.

## 28. RISCOS DO NEGÓCIO

### 28.1 Risco hidrológico e GSF (*Generation Scaling Factor*)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico. A principal usina hidrelétrica da Companhia, UHE Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que representa 94% de sua garantia física para venda, concentra-se na área de influência da bacia do Rio Paraná, região oeste do Estado de São Paulo e opera a fio d'água.

A Garantia Física do sistema representa a máxima quantidade de energia possível de ser suprida em condição permanente a um dado critério de garantia de suprimento. A Garantia Física respectiva de cada usina corresponde ao limite de energia que ela está autorizada a comercializar através de contratos.

Os riscos de escassez de água devido às condições pluviométricas são cíclicos, porém essas ocorrências têm sido intensas nos últimos anos. Conforme a regulamentação atualmente vigente no setor elétrico, parte dessa escassez é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, instrumento que compartilha os riscos de geração insuficiente de energia entre todas as usinas hidráulicas integrantes desse mecanismo, captando as diferenças de sazonalidades das vazões nas diversas bacias hidrográficas, de forma a tentar neutralizar o impacto financeiro associado ao risco hidrológico proveniente do despacho centralizado que caracteriza o SIN – Sistema Interligado Nacional.

Quando a soma da geração das usinas integrantes do MRE não é suficiente para suprir a soma das garantias físicas desses empreendimentos ocorre o denominado GSF – *Generation Scaling Factor* inferior a 1, impactando financeiramente essas usinas pela razão entre sua garantia física e o montante efetivamente gerado, valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças e liquidado mensalmente. Por esse motivo, o GSF pode afetar os resultados da Companhia e sua condição financeira, bem como a geração de fluxo de caixa futuro.

Por outro lado, quando a geração dessas usinas supera as garantias físicas, os agentes do MRE são beneficiados com a denominada “energia secundária”, que também é remunerada ao PLD.

Visando mitigar os impactos financeiros do risco hidrológico sobre a geração hidráulica no SIN, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 688/2015, posteriormente convertida na Lei nº 13.203/2015, apresentando um acordo de repactuação desse risco, com efeitos retroativos a 2015.

A Companhia, após estudos e análises aprofundados, protocolou junto à ANEEL o requerimento de adesão à repactuação do risco hidrológico no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, em que 350 MW médios contratados em 2016 e 230 MW médios contratados de 2017 até 2028 estão com riscos cobertos quanto ao GSF. Em relação ao ACL – Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, pelos demais agentes setoriais.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 28.2 Gerenciamento de riscos relacionados às barragens

As barragens da Companhia são todas do tipo “gravidade”, isto é, barragens de concreto, solo compactado e rocha, solidamente ancoradas às suas respectivas fundações, que foram estudadas e receberam tratamento para suportar o peso e os esforços das estruturas e dos reservatórios.

A UHE Porto Primavera está localizada entre os municípios de Rosana/SP e Bataguassu/MS e iniciou a operação em 1999. É constituída por uma barragem de concreto (margem esquerda) com 1.004,00(m) de comprimento e uma barragem de terra (margem direita) com 10.186,00(m).

A UHE Paraibuna está localizada no município de Paraibuna e iniciou a operação em 1978. É constituída por uma barragem principal de terra com 585,00 (m) de extensão.

A UHE Jaguari está localizada no município de São Jose dos Campos e iniciou a operação em 1972. É constituída por uma barragem principal de terra com 435,00 (m) de extensão.

Em cumprimento da Lei Federal nº 12.334/2010 e aos requisitos e metodologia de segurança de barragem, regulamentada pela Agência Nacional de Águas – ANA/CNRH e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e conforme Resolução Normativa nº 696/2015, a Companhia elaborou o Plano de Segurança de Barragens – PSB, contemplando entre outros o Plano de Ação de Emergência - PAE em caso da possibilidade de ruptura de barragem, sendo entregue aos Municípios e a Defesa Civil para elaboração dos planos de contingência.

Também fazem parte do PSB os procedimentos para realização das inspeções periódicas e análise do comportamento dos instrumentos de auscultação instalados nas estruturas das Barragens. Para tanto, são realizadas leituras nos instrumentos de auscultação civil pela equipe de Segurança de Barragens da CESP, com periodicidades estabelecidas, armazenando os dados no Sistema Informatizado de Segurança de Barragens – SICESP.

A Companhia possui ainda uma rede de estações hidrométricas que monitora as chuvas e as vazões afluentes aos seus reservatórios que alimentam o sistema de operação juntamente com informações fornecidas pelo Operador Nacional do sistema Elétrico – ONS, responsável pela operação do sistema de usinas. Em casos de cheias extraordinárias utiliza o Sistema de Operação em Emergência – SOSEm, com procedimentos especiais de gerenciamento de risco, de acordo com a situação normal, atenção, alerta e emergência, sempre envolvendo a defesa civil local e regional.

### 28.3 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a concessão de três usinas hidrelétricas, cujos vencimentos estão discriminados na tabela abaixo:

UHE	Vencimento
Jaguari	20/05/2020
Paraibuna	09/03/2021
Engº Sérgio Motta (Porto Primavera)	14/04/2049

O Conselho de Administração aprovou, em consequência da manifestação de intenção do Estado de São Paulo de pleitear junto à União a exploração da UHE Jaguari após término da atual concessão da usina (nos termos do Edital nº SF 001/2018), a formalização à União (MME/ANEEL) sobre o não interesse da Companhia na renovação da concessão da UHE Jaguari, sendo que a Companhia manterá as suas responsabilidades de concessionária até o término da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2004, em 20 de maio de 2020.



## Notas Explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 29. SEGUROS (Não revisado)

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Vencimento	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	Responsabilidade civil - D&O	07/2020	80.000
Riscos Patrimoniais	Chubb Seguros S.A.	Danos materiais	05/2020	7.456.666

Obs.: O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros.

### 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### (a) Extinção programa de ADR

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 30 de outubro de 2019, aprovou a extinção do Programa de American Depositary Receipt Nível I ("ADR"), no mercado de balcão, das ações preferencias A ("PNA") e ordinárias ("ON") da CESP. O término do programa ocorrerá nos próximos meses e deve-se, principalmente, pela baixa negociação dos ADRs.

#### (b) Plano de Recompra de Ações

Em consonância a aprovação da extinção do programa de ADR da Companhia, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada no dia 30 de outubro de 2019, o Programa de Recompra de Ações em até 218.000 ações preferencias A ("PNA") e 40.000 ações ordinárias ("ON").

#### (c) Acordos judiciais

Durante o mês de outubro foram celebrados acordos judiciais com redução da ordem de R\$ 321.000 do total de litígios e de R\$ 77.000 da provisão para litígios. A celebração destes acordos permitiu a liberação de aproximadamente R\$ 201.000 em depósitos judiciais.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

CESP – Companhia Energética de São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CESP – Companhia Energética de São Paulo (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Ativo sujeito a indenização

Conforme mencionado na nota explicativa 11 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$ 1.949.430 mil na rubrica “Ativo sujeito a indenização”, líquido de provisão, junto ao Governo Federal oriundo da indenização dos contratos de concessão encerrados das Usinas Três Irmãos, Jupia e Ilha Solteira. A Companhia pleiteia na justiça a determinação dos montantes dos ativos indenizáveis e formas de recebimento. Nosso relatório de revisão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado e resultado abrangente dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 3.1, que foram efetuados para alterar essas informações financeiras de 2018, apresentadas para fins de comparação; e (ii) aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2018, como preparadas originalmente, e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de novembro de 2018 e 18 de março de 2019, respectivamente, sem ressalvas.

Como parte de nossa revisão das informações financeiras do trimestre findo em 30 de setembro de 2019, revisamos também os ajustes descritos na Nota 3.1, que foram efetuados para alterar as informações financeiras constantes das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2018, apresentadas para fins de comparação. Com base em nossa revisão, nada chegou ao nosso conhecimento de que tais ajustes não são apropriados ou não foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as Informações Trimestrais - ITR da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as informações financeiras daquele trimestre tomadas em conjunto.

Curitiba, 30 de outubro de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça

Contador CRC 1SP196994/O-2

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP – Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, 12º andar, Bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia do período findo em 30 de setembro de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia do período findo em 30 de setembro de 2019.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP – Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, 12º andar, Bairro de Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia do período findo em 30 de setembro de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia do período findo em 30 de setembro de 2019.